

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 90.031/2026

PREGÃO ELETRÔNICO	Nº 90.031/2026
UASG	989571
TIPO	Menor Preço
JULGAMENTO	Menor Preço por Item
MODO DE DISPUTA	Aberto
PROCESSO NÚMERO	134732/2025
INTERESSADO	Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.51.15.122.6166.2039 - 3.3.90.39.00 (0332/2026) – FR 100 – 03.51.15.451.6165.2043 - 3.3.90.39.00 (0341/2026) – FR 117 – 25.01.15.122.6111.2170 - 3.3.90.39.00 (1289/2026) – FR 171 – 25.01.15.122.6111.2170 - 3.3.90.39.00 (1289/2026) – FR 100 –
OBJETO	Pregão Eletrônico para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação veículos, com e sem motorista / operador, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo do Edital.
DATA/HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME	29 de maio de 2026, às 09h00min.
NORMAS LEGAIS	Lei Federal n.º 14.133/2021, Decretos Municipais nº 185/2023 e 799/2023 , da Lei Complementar nº 123/2006, e subsidiariamente a Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022, o Decreto Federal 11.462/2023, e demais normas regulamentadoras da matéria.
ENDEREÇO NA INTERNET	https://www.gov.br/compras http://www.rioverde.go.gov.br e-mail: pregaoeletronico@rioverde.go.gov.br
DECRETO DE NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO	Nº 1.423, de 14 de março de 2025.
LOCAL DA REALIZAÇÃO	A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras
<p>Obs.1: Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este PREGÃO, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local.</p> <p>Obs. 2: Todos os atos referentes a Licitação, Edital, Erratas, Atas, Convocações, Julgamentos de Impugnações e Recursos, Homologação, Anulação ou Revogação, enfim, TODOS os atos, serão publicados nos sites oficiais, acima mencionados. O acompanhamento do andamento da Licitação em todas as fases é de total responsabilidade do Licitante participante.</p> <p>Obs. 3: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (COMPRASNET) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.</p> <p>Obs. 4: Solicitamos que todas as empresas interessadas em participar deste Pregão ao cadastrarem suas propostas no sistema atualizem suas documentações no SICAF para fins de habilitação.</p>	

AUTUAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE**, por meio de seus gestores, torna público que fará realizar na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, Nº 90.031/2026**, do tipo **MENOR PREÇO**, cujo objeto é a **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação veículos, com e sem motorista / operador, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO**, processado nos autos de nº **134732/2025**, que será regido na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021, **Decretos Municipais nº 185/2023 e 799/2023**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, e subsidiariamente a Instrução Normativa Seges/ME n.º 73/2022, o Decreto Federal 11.462/2023, e demais normas regulamentadoras da matéria, assim como pelas regras deste Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras> mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 799/2023, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 71, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Sala de Licitação, datado e assinado digitalmente.

RICARDO ROCHA BATISTA
Secretário de Ação Urbana e Serviços Públicos

WELKER RUBENS DE FREITAS
Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito
de Rio Verde

ÍNDICE GERAL

01 – EDITAL

- Item 1 - Do Objeto
- Item 2 - Condições de Participação
- Item 3 - Do Credenciamento e da Sessão Pública
- Item 4 - Do Envio da Proposta Eletrônica
- Item 5 - Da Abertura das Propostas e Formulação dos lances
- Item 6 - Do Julgamento das Propostas e do Direito de Preferência
- Item 7 – Da Habilitação e Julgamento
- Item 8 - Do Encaminhamento da Proposta reajustada e documentação complementar
- Item 9 – Do Pedido de Esclarecimento e da Impugnação do Edital
- Item 10 – Dos Recursos Administrativos
- Item 11 – Da Conexão com o Sistema Eletrônico
- Item 12 – Da Adjudicação, Homologação e Contratação
- Item 13 - Das Obrigações
- Item 14 – Da Entrega do Objeto e as condições de Pagamento
- Item 15 – Das Penalidades
- Item 16 – Da Dotação Orçamentária
- Item 17 – Das Disposições Gerais

02 – ANEXOS AO EDITAL

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO 3 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TENHA CELEBRADO CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJOS VALORES SOMADOS EXTRAPOLEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação, tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação veículos, com e sem motorista / operador, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO.**
- 1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no sistema eletrônico (Comprasnet) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do Edital.
- 1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.849/2022.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que esteja previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, conforme regulamenta o art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018, que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, com atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros (Decreto Municipal 799/2023, art. 12, III);

2.1.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso (Decreto Municipal 799/2023, art. 12, V).

2.1.4. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

2.1.5. A Licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.1.6. Os Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Rio Verde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

2.1.7. A participação na licitação implica, automaticamente, **na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.**

2.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação.

2.2.1. Em obediência ao que estipula a Lei Federal nº 14.133/21 em seu artigo 14, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, (equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico);

- b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, notadamente, no artigo 156, III e IV da lei 14.133/2021, art. 7º, da Lei Federal 10.520/2022 e art. 87, da Lei Federal 8.666/93:
 - c.1) O impedimento de que trata esta condição será também aplicado a **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante** (art. 14, §1º da Lei 14.133/2021).
- d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, conforme disposto no artigo 69, II da lei 14.133/2021;
- h) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante, concorrendo os mesmos itens;
- i) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Como condição para participação no Pregão, a Licitante manifestará em campo próprio do sistema eletrônico relativo às seguintes declarações:

2.4.1. Para participação no Pregão Eletrônico, a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

2.4.2. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar que **cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49**, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

2.4.2.1 - Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) **não são aplicadas no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP.

2.4.3. Que **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

2.4.4. Que **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.4.5. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

2.4.6. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.4.7. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.8. Que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão em sua forma eletrônica. **(Decreto Federal nº 3.722/01).**

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no endereço <https://www.gov.br/compras> devendo este credenciamento ser efetuado antes da data prevista para realização do Pregão na forma Eletrônica.

3.1.2. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma Eletrônica (Decreto Municipal 799/2023, art. 12, III).

3.3. É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso (Decreto Municipal 799/2023, art. 12, V).

3.5. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Agente de Contratação (Pregoeiro) e sua equipe de apoio**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

3.5.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Agente de Contratação (Pregoeiro)** e as **licitantes** ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

3.5.2. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A proposta deverá ser encaminhada/cadastrada no sistema COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento, conforme art. 17 do Decreto Municipal 799/2023.

4.1.1. A Proposta de Preços Final e os Documentos de Habilitação, deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio do sistema COMPRASNET, através do site <https://www.gov.br/compras>, quando solicitadas pelo Agente de Contratação.

4.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas (art. 35, Decreto Municipal nº. 799/2023).

4.1.3. O VALOR DO ITEM;

4.1.3.1. O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

4.1.3.2. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos/serviços serem fornecidos sem ônus adicionais.

4.2. Os valores de referência para aquisição/contratação do objeto constam no Termo de Referência - Anexo 1.

4.3. A PROPOSTA DIGITADA/PREENCHIDA NO SISTEMA COMPRASNET.

4.3.1. É expressamente vedada a identificação do proponente nas propostas cadastradas, (digitadas no sistema COMPASNET) portanto qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

4.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada ao sistema (Decreto Municipal 799/2023, art. 17).

4.5. Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta.

4.5.1. As propostas de preços são irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços e nas condições estabelecidas.

4.6. É de inteira responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. A licitante que se enquadre como **microempreendedor, microempresa ou empresa de pequeno porte** e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

4.7.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como **microempreendedor, microempresa** ou empresa de pequeno porte conduzirá ao seu afastamento aos itens/lotes exclusivos para EPP/ME.

4.7.2. A declaração falsa de enquadramento da licitante como **microempreendedor, microempresa** ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.7.3. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo(a) **Agente de Contratação**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. A partir da data e do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento da proposta, em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. O sistema ordenará, automaticamente as propostas para participação da etapa de lances.

5.4. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser ofertados pelo VALOR UNITÁRIO do item.

5.5. Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

5.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação deles.

5.6.1. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.6.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.6.3. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

5.6.4. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

5.6.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, **sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 15 deste edital.**

5.6.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.6.7. Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutível.

5.6.8. Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação (Pregoeiro)** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6.9. No caso de a desconexão do **Agente de Contratação (Pregoeiro)** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.

5.6.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o ofertado em sua proposta.

5.7. O modo de disputa dos lances

5.7.1. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **aberto**, conforme disposto no art. 22 do Decreto Municipal 799/2023.

5.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

5.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.7.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação (Pregoeiro), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.7.5.1. Após o reinício previsto no item supracitado, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.7.6. O intervalo de diferença entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta será/estará definido no sistema de processamento da licitação para cada item (Decreto Municipal nº. 799/2023, art. 21, §1º).

5.7.7. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024, que prevê o sorteio como critério de desempate.

5.7.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

5.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.8.2. Após a fase de negociação o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** examinará a aceitabilidade da oferta de menor valor, decidindo motivadamente a respeito.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

6.1. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar o **MENOR PREÇO** para fornecimento do objeto nas condições previstas no Termo de Referência - Anexo 1.

6.1.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto §4º do art. 28, nos arts. 28, 32 e 33 do Decreto Municipal 799/2023.

6.1.1.1. O (a) Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.1.1.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.1.1.2.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

6.1.1.2.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Edital**.

6.1.2. O(a) Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.1.3. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

6.1.3.1. Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) **não são aplicadas no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.** Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP.

6.1.4. Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

6.1.5. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b)** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
- c)** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- d)** No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

6.1.6. Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

6.1.7. Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.2. O sistema eletrônico informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo decisão pelo (a) Agente de Contratação (Pregoeiro) acerca de sua aceitação.

6.3. O(A) Agente de Contratação (Pregoeiro) irá convocar o(s) licitante(s) melhor(es) classificado(s) para enviar os documentos em formato digital (Proposta realinhada), por meio da funcionalidade “convocação de anexo” disponível no sistema.

6.3.1. O prazo para envio dos documentos será de, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período (art. 28, §§ 2º e 3º do Decreto Municipal 799/2023), contados a partir da convocação de anexo pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), sob pena de não aceitação da proposta.

6.3.1.1. Se a empresa convocada não apresentar a proposta final ou as amostras dentro do prazo estipulado a mesma será automaticamente desclassificada para os itens subsequentes que possam ser os próximos classificados.

6.3.2. O prazo estabelecido pelo(a) Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá ser prorrogado por solicitação do licitante devidamente justificada, recebida antes de finalizar o prazo anteriormente estabelecido e, formalmente aceita pelo(a) Agente de Contratação (Pregoeiro) .

6.3.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, na plataforma do Comprasnet ou no SICAF, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

6.3.4. Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital. (art. 38, § 8º do Decreto Municipal 799/2023).

6.4. A Proposta, documento anexado no COMPRASNET, deverá:

6.4.1. Conter o nome, CNPJ e endereço da empresa, ser datada, assinada, conter a discriminação do objeto, o valor unitário e total ofertado neste Pregão, marca/modelo e número de série (se houver) de todos os componentes e equipamentos que fazem parte do escopo de fornecimento.

6.4.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.4.3. Apresentar validade de no mínimo **60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de sua apresentação.**

6.4.3.1. Caso o prazo de que trata o item acima não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.4.4. Ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.4.5. Obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

6.5. A apresentação da proposta implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação, vinculando a licitante às informações apresentadas, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, entre outras.

6.6. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório;

6.7. A proposta deverá vir acompanhada da Planilha de Composição de Custos (quando se tratar de Licitação que tem por objeto a Prestação de Serviços), ou seja, a Composição de Custos deverá discriminar as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como, despesas com impostos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.

6.8. Será desclassificada a proposta que (art. 59 e incisos da Lei nº 14.133/2021):

6.8.1. Não atenda as exigências do ato convocatório e ou contiver vícios insanáveis;

6.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital ou Termo de Referência;

6.8.3. Esteja o valor final, acima do estimado previsto no Edital.

6.8.3.1. Os custos unitários também não poderão superar o valor de referência fixado pela Administração.

6.8.4. Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.8.5. Apresente preço manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

6.8.5.1. A proposta não deve apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.8.6. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento “on line” pelos licitantes.

6.10. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação, esta poderá ser adequada pelo licitante, desde que não haja majoração do preço final.

6.11. Ocorrendo divergência entre os valores unitários e o valor total prevalecerá o primeiro; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.12. A critério do(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

6.13. O(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Verde ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.14. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação e proposta apresentada.

6.15. Se a proposta não for aceitável, se o licitante deixar de enviar a proposta ou, ainda, se não atender às exigências habilitatórias, o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

6.15.1. No caso previsto no item anterior, o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá negociar com o licitante, para que seja obtido melhor preço.

6.16. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

7. DA HABILITAÇÃO E JULGAMENTO

7.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos (Art. 38, Decreto Municipal 799/2023).

7.1.1. Os documentos de Habilitação que não estiverem contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), até a conclusão da fase de habilitação (Art. 38, § 1º do Decreto Municipal 799/2023).

7.1.1.1. O prazo para apresentação dos documentos mencionados no item 7.1.1 acima será de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação e justificativa do licitante, aceita pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou de ofício, art. 38, § 5º Decreto Municipal 799/2023.

7.1.1.2. Após a apresentação da documentação de Habilitação acima mencionada, item 7.1.1 e expirado o prazo mencionado no item 7.1.1.1, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo diligência, conforme previsto no art. 38, § 4º Decreto Municipal 799/2023.

7.1.2. O **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá consultar os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma vencida, ou que tenha deixado de apresentar (anexar), realizando assim a emissão, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação (art. 38, § 6º Decreto Municipal 799/2023).

7.1.3. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, condicionado ao estipulado no item 7.1.2.

7.1.4. A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui

meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

7.3. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 7.1, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, sendo parte da documentação complementar ou caso não estejam abrangidos pelo SICAF, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à regularidade fiscal;
- (D) Documentação relativa à regularidade e trabalhista;
- (E) Declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- (F) Documentação relativa à qualificação técnica.

7.4. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

7.5. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, **60 (sessenta) dias**, contados até a data da realização da licitação.

7.5.1 - Ficam excluídos da validade acima mencionada, os atestados técnicos, na forma do §2º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- (A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- (A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;
- (A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.
- (A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.
- (A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.
- (A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- (A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações **contábeis dos 2 dois últimos exercícios social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

(B.1.a) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais a 1 (um) inteiro, resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo LG = ----- ----- Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Ativo Total SG = ----- ----- Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	Ativo Circulante LC = ----- ----- Passivo Circulante
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------

(B.1.b) Os licitantes poderão apresentar no lugar do documento solicitado no item **(B.1.a)**, ou **quando algum dos índices forem menos que 1**, prova de que possuem, na data da apresentação da proposta, capital social ou patrimônio líquido mínimo, igual ou superior a **10% (dez por cento), do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta final.**

(B.1.1) – A licitante que utiliza a escrituração em livro digital deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação, ou na forma artigo 16 da Lei Complementar nº 182, de 01/06/2021.

(B.1.2.2). Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis quando o registro do Órgão Competente constar somente neste, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Os documentos referidos na **alínea B.1** deste item, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 1 (um) ano.

(B.1.3) - A comprovação do **patrimônio líquido** deverá ser feita por meio dos valores descritos no próprio **Balanço Patrimonial**.

(B.1.4) As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar os documentos descritos nos itens anteriores, sendo dispensado somente para os Microempreendedores Individuais (MEI).

(B.2). Quando se tratar de entrega imediata em até 30 (trinta) dias, as empresas enquadradas no simples as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) **ficam dispensadas da apresentação dos documentos exigidos na alínea B.1 deste item.**

(B.3) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos **60 (sessenta)** dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

(B.3.1). Quando se tratar de empresa em Recuperação Judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente a qual homologou o plano/projeto de recuperação judicial, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório e a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

(C) – REGULARIDADE FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, em conjunto com Previdência Social - INSS, de acordo com a Portaria n.º 358/2014 (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa, ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.5.a) Caso a documentação apresentada pela **microempresa ou empresa de pequeno porte** contenha alguma restrição, lhe será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.5.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.5.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.5.d) Nos termos do art. 4, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de licitações), os benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) **não são aplicadas no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Ou seja, se o valor estimado da licitação for superior ao valor máximo admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não haverá a aplicação dos benefícios de ME e EPP mencionado no caput deste item.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos

Trabalhistas com efeito negativo.

(E) - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO TENHA CELEBRADO CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CUJOS VALORES SOMADOS EXTRAPOLEM A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

(E.1) Todas as microempresas e empresas de pequeno porte que desejam fazer jus aos benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **observado o item 2.4.2.1**, deverão apresentar esta declaração em obediência ao que dispõe o § 2º, art. 4º da Lei 14.133/2021.

(F) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(F.1). Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

7.6. Em caso de convocação dos licitantes remanescentes para participação de ata complementar, os documentos descritos nos itens “A” ao “E”, em havendo alteração ou findo a validade, deverão ser apresentados devidamente atualizados, ficando sujeitos a desclassificação/inabilitação em caso de descumprimento.

7.7. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

7.7.1. No caso de participação de Cooperativas, estas deverão ser constituídas conforme Lei nº 5.764/71, desde que comprovem todos os requisitos de HABILITAÇÃO descritos neste Edital, salvo aqueles que a própria lei os dispensar.

7.7.2. Estando dispensadas de apresentar alguma documentação **Habilitação do item 7**, deverão declarar e comprovar que se encontram dispensadas, na forma da Lei, devendo fundamentar no artigo da referida lei e, se assim não o fizer serão julgadas inabilitadas;

7.7.3. As cooperativas deverão apresentar também os seguintes documentos como requisito de habilitação:

- a) Ata de fundação;
- b) Comprovação expressa, de que a Cooperativa pode prestar serviços a não cooperados;
- c) Regimento interno;
- d) Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- e) Ata de sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- f) No estatuto social deverá ser previsto que a Assembleia Geral é órgão máximo da sociedade e deve deter poderes de revisão sobre os atos da Diretoria.

7.8. O não atendimento dos itens “6 – Do Julgamento das Propostas e do Direito de Preferência” e “7 – Da Habilitação e Julgamento” ensejará na desclassificação/inabilitação da empresa.

7.9. Não serão aceitos pelo (a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.10. Se a licitante não atender às exigências de habilitação, o (a) Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta e documentações que melhor atendam a este Edital.

7.11. O(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada

mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA REAJUSTADA E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas contadas à partir da solicitação do(a) Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico, a proposta de preço reformulada e documentação complementar (quando esta solicitada pelo Agente de Contratação – Pregoeiro).

8.1.1. O prazo estabelecido no subitem acima poderá ser prorrogado pelo(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** no caso da ocorrência de fato excepcional superveniente para o qual não tenha concorrido a licitante;

8.1.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, sistemas semelhantes mantidos pelos entes federativos, nos documentos por eles abrangidos.

8.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e sistemas semelhantes mantidos pelos entes federativos, serão enviados nos termos do disposto no Art. 38, § 1º do Decreto Municipal 799/2023.

8.1.4. A proposta de preço e os documentos complementares de habilitação deverão ser encaminhados por meio da opção “enviar anexo” do sistema COMPRASNET;

8.2. Os documentos remetidos por meio do sistema COMPRASNET poderão ser solicitados pelo(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, devendo ser encaminhado em prazo não superior a 5 (cinco) dias.

8.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Verde, no endereço descrito no preâmbulo.

8.3. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação indicada no subitem 8.1, será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providências, assim como de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o **terceiro dia útil** antecedente à data de abertura da sessão do Pregão.

9.2. Caberá ao(a) Agente de Contratação (Pregoeiro), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos. (art. 15, §1º do Decreto Municipal 799/2023).

9.3. Acolhida à petição contra o Edital, **caso** acarrete mudança que afetará a confecção de Proposta, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não o impedirá de participar de processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.5. Na fluência dos prazos para interposição de impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

9.6. As impugnações interpostas fora do prazo serão consideradas intempestivas.

9.7. Qualquer pedido de esclarecimento e/ou impugnação quanto ao Edital poderá ser solicitado/interposto junto à Comissão Permanente de Licitações, por e-mail: pregaoeletronico@rioverde.go.gov.br.

9.7.1. Os pedidos de esclarecimento e/ou impugnação encaminhados só terão validade após a devida confirmação de recebimento via e-mail por parte da entidade impugnada.

9.8. A decisão sobre o pedido de esclarecimentos ou impugnação ao Edital será publicada no site da Prefeitura, qual seja: <http://www.rioverde.go.gov.br>.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11. DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

11.1. As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.2. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, por mais de 30 (trinta) minutos, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

11.2.1. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

11.3. A desconexão do(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

11.3.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. <https://www.gov.br/compras>.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. A decisão da **AUTORIDADE COMPETENTE** será publicada no sítio da Prefeitura Municipal de Rio Verde. www.rioverde.go.gov.br

12.3. Integra o presente Edital, sob a forma de **Anexo 2**, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a **CONTRATANTE** e a **ADJUDICATÁRIA**.

12.4. Uma vez homologado o resultado da licitação pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, poderá ser a licitante vencedora convocada, **para no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, assinar o contrato ou aceitar, ou retirar instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

12.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.5. Deixando a **ADJUDICATÁRIA** de assinar o Contrato ou aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte. (art. 90, §2º da NLLC)

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 12.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

12.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

12.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.7. A **ADJUDICATÁRIA** deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital através do SICAF ou CRC – Certificado de Registro Cadastral do Município devidamente atualizados.

12.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (Art. 91, § 4, Lei 14.133/2021).

12.9. O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos equipamentos fornecidos.

12.10. A Fiscalização da execução do objeto contratado, será indicada pela **AUTORIDADE COMPETENTE**.

12.11. A recusa injustificada da **ADJUDICATÁRIA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou prestar os serviços/fornecer os produtos no prazo estipulado pela ADMINISTRAÇÃO, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação cujo prazo da proposta esteja vencido.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Pelo presente instrumento convocatório, observados todos os preceitos legais, na forma da Lei vigente a **LICITANTE VENCEDORA** obriga-se precipuamente:

13.1.1. Fazer o Cadastro de Fornecedor (CRC) junto ao Município em até **05 (cinco) dias úteis**, após a Homologação da licitação e mantê-lo atualizado durante toda a vigência do Contrato, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.1.2. Comunicar o Município por escrito, **no prazo de 03 (três) dias úteis**, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Proposta e/ou Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.1.3. Assinar o CONTRATO no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, após a comunicação formal, ficando sujeito às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

13.2. É obrigação da licitante vencedora cumprir o objeto licitado(s), descrito(s) no Formulário da Proposta, que poderá a qualquer tempo, sem aviso prévio, ser vistoriado pela ADMINISTRAÇÃO, ficando o contrato rescindido se verificado qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos e/ou serviços.

13.3. O(a) licitante vencedor(a) deverá observar com rigor a pontualidade e assiduidade na prestação de serviço/fornecimento, objeto deste Edital, **ficando sujeito à multa em caso de descumprimento**.

13.4. O descumprimento de qualquer das obrigações do(a) licitante vencedor(a) implicará na aplicação de multa correspondente, de acordo com as normas estabelecidas em contrato.

13.5. Se o(a) licitante vencedor(a), injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da confecção do contrato ou da nota de empenho, será facultado a Administração, **retomar a sessão**, os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o(a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades constantes neste Edital e na legislação pertinente. (Art. 90, §2º da Lei 14.133/21)

13.5.1. Se o (a) licitante vencedor(a), injustificadamente, não apresentar situação regular no ato da confecção do contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades constantes neste Edital e na legislação pertinente.

13.6. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, a sessão do Pregão poderá ser retomada.

13.7. Cabe, ainda, ao licitante vencedor e ao contratado se submeter às Cláusulas da Minuta Contratual, que se encontra como documento Anexo deste Edital.

14. DA ENTREGA DO OBJETO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente dos objetos entregues, devidamente atestada pelo setor responsável, em 10 (dez) dias.

14.1.1. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no **subitem 14.1** passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.2. Caso o objeto entregue não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição;

14.3. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, salvo em casos previstos neste Edital e na Lei 14.133/2021.

14.4. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor antes que este tenha pago eventual multa aplicada, ou que se tenha relevado a aplicação da penalidade.

14.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por culpa exclusiva da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC;

14.6. O pagamento a ser efetuado à empresa adjudicatária deverá obedecer à ordem cronológica de exigibilidade das obrigações estabelecidas pela contratante, de acordo com o disposto no artigo 141 da Lei nº 14.133/21.

14.7. Os serviços deverão ser entregues de acordo com o ANEXO 1 – Termo de Referência, Contrato ou instrumento equivalente e disposições estabelecidas pela contratante.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A licitante vencedora e/ou contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 (Título IV – Das Irregularidades), Minuta Contratual (anexo 2) e do presente Edital as quais fazem parte integrante deste.

15.1.1. Serão ainda aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

15.1.1.1. Impedimento de licitar e contratar quando:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) quando se tratar de amostra, o licitante que não apresentar dentro do prazo estipulado (no caso da impossibilidade da apresentação das amostras por motivo não previsto, o licitante deverá comunicar a Administração formalmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) devidamente justificado, sendo facultado a prorrogação do prazo pela Administração);

15.1.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Os recursos financeiros correrão às custas das seguintes dotações orçamentárias:

DOS VALORES POR DOTAÇÃO	
DOTAÇÃO	VALOR MÁXIMO (R\$)
03.51.15.122.6166.2039 - 3.3.90.39.00 (0332/2026) – FR 100 – 03.51.15.451.6165.2043 - 3.3.90.39.00 (0341/2026) – FR 117 – 25.01.15.122.6111.2170 - 3.3.90.39.00 (1289/2026) – FR 171 – 25.01.15.122.6111.2170 - 3.3.90.39.00 (1289/2026) – FR 100 –	R\$ 1.441.695,84
VALOR TOTAL	R\$ 1.441.695,84

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao (a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.**

17.2. Fica assegurado à Autoridade Competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, adiar a data de abertura, anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba direito de qualquer indenização, bem como alterar as condições deste Edital, divulgando-o pela mesma forma que se deu o texto original, fixando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 55 da Lei 14.133/2021.

17.3. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos

apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta inicial ou lance ofertado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente o qual o (a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** terá a faculdade de aceitar depois de devidamente analisado.

17.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Contratante.

17.6. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Rio Verde.

17.8. O desatendimento das exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta:

17.8.1. Por exigências formais não essenciais entende-se que são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualidade, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

17.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato de Fornecimento ou instrumento equivalente.

17.10. A Administração poderá, até a assinatura da Ordem de Fornecimento/Serviço, inabilitar a licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante.

17.10.1. Ocorrendo a situação acima, o (a) **Agente de Contratação (Pregoeiro)** convocará o (a) s licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente mais bem classificada e posterior Habilitação, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado os objetos deste Pregão.

17.11. É de responsabilidade do (a) licitante o acompanhamento do processo **até a data da realização da sessão pública** e demais atos.

17.12. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

17.13. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

17.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se o Foro da Comarca de Rio Verde, Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio Verde - GO, datado e assinado digitalmente.

RICARDO ROCHA BATISTA
Secretário de Ação Urbana e Serviços Públicos

WELKER RUBENS DE FREITAS
Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito

de Rio Verde

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 134732/2025

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação veículos, com e sem motorista / operador, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. VEÍCULOS	UND. MED.	QTD. MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL 24 MESE R\$
1	LOCAÇÃO VEÍCULO UTILITÁRIO CARROCERIA ABERTA TIPO PICK UP, SEM MOTORISTA, CABINE SIMPLES, 02 PORTAS, CAPACIDADE PARA ATÉ 02 PASSAGEIROS, COR BRANCA, FABRICAÇÃO MÍNIMA 2025 (ZERO KM), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA CILINDRADA 900 CM3, POTÊNCIA MÍNIMA 85 CV, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ALCOOL), CAPACIDADE MINIMA TANQUE COMBUSTIVEL 45 LITROS, RODA/PNEUS ARO MÍNIMO 14, TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, JOGO DE TAPETES E LONA MARÍTIMA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, REVISÕES, MANUTENÇÕES, LUBRIFICANTES, LICENCIAMENTO, IMPOSTOS DE QUALQUER NATUREZA E SEGURO OBRIGATÓRIO.	2	Mês	24 MESES	R\$ 3.535,33	R\$ 169.695,84
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIDADE DE CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA /OPERADOR; ANO MÍNIMO DE FABRICAÇÃO: 2020, COMBUSTÍVEL: DIESEL; COM CESTO AÉREO NÃO ISOLADO ACOPLADO AO VEICULO COM CAPACIDADE ATE 136KGF /CESTO, COM ALCANCE MÍNIMO VERTICAL DE TRABALHO DE 13,50 METROS, GIRO NFINITO; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA (INCLUINDO A CARROCERIA) DE 8.000 KG; POTENCIA MÍNIMA DE 156 CV; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 03 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA. COM MANUTENÇÃO E SEGURO COM COBERTURA PARA DANOS MATERIAIS E CORPORAIS A TERCEIRO E COM COBERTURA DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, POR CONTA DA CONTRATADA.	1	Mês	24 MESES	R\$ 28.000,00	R\$ 672.000,00
3	LOCAÇÃO DE VEICULO MODELO: CAMINHONETE, CABINE SIMPLES CARROCERIA ABERTA, MÁXIMO 3 PESSOAS, DUAS PORTAS. COR BRANCA, COMBUSTÍVEL: DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 150 CV, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, TRAÇÃO 4 X 2, FREIOS HIDRÁULICO COM DUPLO CIRCUITO EM PARALELO SISTEMA DE FREIOS ANTIBLOCANTE (ABS) COM SISTEMA ELETRÔNICO DE DISTRIBUIÇÃO DE FRENAGEM (EBD) E ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA (BAS) NAS RODAS TRASEIRAS (TAMBOR) E DIANTEIRAS (DISCO). DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, DIMENSÕES	2	Mês	24 MESES	R\$ 12.500,00	R\$ 600.000,00

MÍNIMAS DA CAÇAMBA 2.205 MM DE COMPRIMENTO POR 1.534 MM DE LARGURA, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA A 1.020 KG. AR-CONDICIONADO JOGO DE TAPETES, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NO INTERIOR DA CAÇAMBA, ENGATE DE REBOQUE FIXO. ESTRIBO LATERAL, SANTO ANTÔNIO, PARACHOQUE DE IMPULSÃO, PAINEL MULTIMÍDIA, SENSOR E CAMERA DE RÉ, QUEBRA MATO E MESA DE GUINCHO, ANO E MODELO FABRICAÇÃO MÍNIMO DE 2025, ZERO QUILOMETRO, COM PLOTAGEM, SISTEMA DE RÁDIO DIGITAL E SINALIZADOR SIRENE COM MODELO COMPATÍVEL AO PADRÃO AMT DE VIATURAS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, REVISÕES, MANUTENÇÕES, LUBRIFICANTES, LICENCIAMENTO, IMPOSTOS DE QUALQUER NATUREZA E SEGURO OBRIGATÓRIO. RODAGEM EM VIA PAVIMENTADA, ESTIMATIVA DE 2.000 KM/MÊS.					
VALOR TOTAL:					RS1.441.695,84

1.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.441.695,84 (Um milhão quatrocentos e quarenta e um mil seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme cotações realizadas de acordo com o art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal 2.850/2022.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Nº 2.849, de 25 de agosto de 2022;

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Art. 6, inciso XIII da Lei Nº 14.133/2021;

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da última assinatura eletrônica das partes postas no instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista tratar-se de uma atividade de manutenção da iluminação pública pela secretaria de ação urbana, assegurando a continuidade dos serviços de manutenção da iluminação pública no município, atividade essencial de responsabilidade da administração pública, indispensável para a segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida da população, bem como de apoio logístico às equipes operacionais que atuam diariamente em diversas regiões do município.

1.6. As contratações decorrem do encerramento em 01 de março de 2026 do Contrato nº 069/2022, firmado com a empresa CS Brasil Frotas S/A, o qual não será renovado, conforme comunicação oficial da contratada anexada ao processo. Importa ressaltar que as locações ora propostas não configuram aumento de despesas nem ampliação, tratando-se apenas da substituição de veículos cujos contratos não poderão ter continuidade, de modo a assegurar a regularidade da prestação dos serviços. A renovação da frota deve ocorrer a cada 24 (vinte e quatro) meses após a entrega dos veículos.

2. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 03.51.15.122.6166.2039 - 3.3.90.39.00 - (0332/2026) FR: 100 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AÇÃO URBANA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 03.51.15.451.6165.2043 - 3.3.90.39.00 (0341/2026) FR: 117 - MANTER ILUMINAÇÃO PÚBLICA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 25.01.15.122.6111.2170.3.3.90.39. (1289/2026) – FR 171 – MANTER A FROTA DA AMMT - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 25.01.15.122.6111.2170.3.3.90.39. (1289/2026) – FR 100 – MANTER A FROTA DA AMMT - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

2.1. Os documentos orçamentários limitam-se ao exercício financeiro de 2026.

2.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A atividade pública é demandada por atividades diversas, necessitando de mobilidades plurais cujo os instrumentos de locomoção apresentem características distintas e específicas, sendo necessário para sua atuação uma frota diversa de veículos, com particularidades de cada secretaria para atender as necessidades de locomoção e prestação de serviços dentro do município de Rio Verde.

3.2. A Secretaria Municipal de Ação Urbana e Serviços Públicos é responsável por assegurar a manutenção da limpeza urbana, a conservação de áreas verdes e a promoção de um ambiente urbano saudável e seguro para a população. A AMMT – Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito tem o objetivo de cumprir as responsabilidades estabelecidas pela Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, assim como manter a mobilidade adequada aos servidores públicos para garantir que os serviços essenciais sejam prestados de maneira oportuna e eficaz para o bom funcionamento da administração pública.

3.3. A presente contratação é necessária para garantir a continuidade das atividades desempenhadas nas duas secretarias: Ação urbana e AMT, que exigem deslocamento constante de equipes técnicas para execução de serviços em diferentes pontos da malha urbana. As atividades desempenhadas constituem um serviço público permanente e indispensável cuja continuidade é imprescindível, pois integram as atividades finalísticas dos dois órgãos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A CONTRATADA deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecidos em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela CONTRATADA. Os demais abastecimentos serão de responsabilidade da CONTRATANTE;

4.2. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e manutenção corretiva dos veículos locados e os equipamentos neles instalados, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo e do maquinário) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;

4.3. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento do veículo;

4.3.1. A CONTRATADA deverá realizar a lavagem completa do veículo conforme os critérios de medição que consta no anexo II;

4.3.2. A CONTRATADA deverá proceder à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção;

4.3.3. As substituições deverão ocorrer nas dependências da CONTRATANTE, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da Contratada;

4.3.4. Não havendo substituição dos veículos, por qualquer motivo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, fica resguardado a CONTRATANTE o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no contrato;

4.3.5. A responsabilidade pelo pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas durante a condução dos veículos será atribuída conforme a seguir:

4.3.5.1. Para o **caminhão com motorista (item 2)**, a responsabilidade será da **CONTRATADA**;

4.3.5.1.1. Para os **veículos utilitários**, a responsabilidade será da **CONTRATANTE (itens 1 e 3)**, exceto as penalidades em razão de ações que são de responsabilidade da **CONTRATADA**, tais como as relacionadas ao estado de conservação do veículo, licenciamento, IPVA, dentre outros;

4.3.5.1.2. Na hipótese de **substituição dos veículos pela CONTRATADA**, período em que os veículos permanecerem sob sua posse, eventuais multas que venham a ocorrer serão de **inteira responsabilidade da CONTRATADA**.

4.3.6. Os veículos ficarão à disposição da Secretaria solicitante em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

4.3.7. Fica vedado o uso de qualquer tipo de letreiro, propaganda, marca ou logotipo que identifique a empresa ou terceiros, no veículo e máquinas objeto da locação.

4.3.8. Para nortear a formulação das propostas das licitantes consta no Anexo II informações complementares acerca da aplicação, média de quilometragem, revisão e manutenção dos equipamentos.

4.4. Referente ao item 3, locação de duas caminhonetes, o fornecedor deverá atender as especificações anexadas ao processo pela AMT – **ANEXO I (Descritivo Sinalizadores) E ANEXO IV: (Descritivo rádio e sinalizadores)**.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Subcontratação

5.1.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que autorizado pela Secretaria Municipal de Ação Urbana e AMMT:

5.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

5.1.2.1. Manutenção corretiva e preventiva;

5.1.2.2. Seguro;

5.1.2.3. Limpeza;

5.1.3. As parcelas abaixo não poderão ser subcontratadas:

5.1.3.1. Locação dos veículos, os mesmos devem ser de propriedade da contratada;

5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a execução dos serviços já prevê a inclusão de seguro contra danos materiais e corporais, de modo que, a exigência em conjunto da garantia da contratação poderia onerar desnecessariamente o contrato.

5.7. Requisitos de sustentabilidade

5.7.1. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018.

5.7.2. Adotar práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que for aplicável.

5.8. Seguro:

Para os itens 01 e 03

5.8.1. A CONTRATADA responsabiliza se pela contratação de seguro contra a colisão e/ou avarias, sendo estas originadas devido a acidentes automobilísticos, roubo, furto, incêndio, submersão por inundação ou alagamento, granizo e perda total. Fornecer também seguros contra terceiros, sendo danos materiais até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e danos corporais até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

Para o item 02

5.8.2. A CONTRATADA responsabiliza-se pela contratação de seguro contra terceiros, sendo danos materiais até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e danos corporais até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Fornecimento

6.1.1. O prazo ordinário para disponibilização dos veículos será de 30 (trinta) dias, devendo a contratada entregá-los devidamente equipados, adaptados, plotados e aptos ao uso. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação formal apresentada antes do vencimento, com justificativa técnica e documentação comprobatória, desde que aceita pela administração e não decorrente de culpa, desídia ou falha de planejamento da contratada. A prorrogação dependerá de decisão motivada e formalização nos autos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.1.2. No ato da vistoria a CONTRATADA deverá apresentar:

6.1.2.1. CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos;

6.1.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar Carteira Nacional de Habilitação do condutor, a qual deverá ser do tipo compatível com o veículo a ser conduzido;

6.1.2.3. Cópia autenticada da apólice de seguro em conformidade com o exigido neste Termo de Referência;

6.1.3. Os veículos objeto desta contratação deverão ser de propriedade da CONTRATADA;

6.1.4. A CONTRATADA que apresentar os veículos em desacordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência e da proposta, terá um prazo de até 5 (cinco) dias para adequação e/ ou substituição do veículo, conforme o seu estado, e o custo de mobilização/desmobilização do veículo para vistoria será suportado EXCLUSIVAMENTE pela CONTRATADA;

6.1.5. Sendo esgotados todos os prazos estabelecidos pela Administração para recebimento do objeto sem o devido saneamento, a Administração rejeitará no todo o bem e será aplicada as sanções previstas.

6.1.6. Os veículos utilitários e o caminhão devem estar em perfeito estado de conservação e uso, para a execução contratual e devem ser entregues na sede da AMMT no endereço mencionado na ordem de serviço na: **Rua 14B s/n - Jardim Goiás, próximo ao Colégio Estadual João Veloso do Carmo. Rio Verde GO CEP: 75.903-190**, em horário comercial das 08 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira. Os veículos da Secretaria de Ação Urbana deverão ser entregues no mesmo endereço da AMT, para facilitar o recebimento.

6.1.7. Os veículos modelos caminhonetes deverão ser entregues atendendo as exigências do ANEXO IV - DESCRITIVO RÁDIOS E PLOTAGEM VEÍCULOS AMT.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º);

7.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14133/2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

Os veículos serão recebidos:

8.1. Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação que se dará até 2 (dois) dias úteis.

8.2. Definitivamente: Pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais que se dará até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.3. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do veículo utilitário e caminhão em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

- 8.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.6.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de pagamento

- 8.7.** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta-corrente, agência e banco, correspondente a prestação de serviço, que será atestada pelo Secretário ou servidor expressamente designado;
- 8.8.** O pagamento será efetuado mensalmente em 10 (dez) dias, após o cumprimento do subitem **8.7**;
- 8.9.** A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao sistema de cadastro de fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo;
- 8.10.** A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação de planilha com medição da prestação de serviço, identificando o item, especificações do veículo e máquinas (número de série, chassi, outros) conforme o caso, dias/horas trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total aos dias/horas trabalhadas pelo veículo, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado para tal finalidade, devendo ser apresentados acompanhada da nota fiscal dos serviços;
- 8.11.** Planilha com relatório de demonstrativo de utilização do veículo reserva quando ocorrer a substituição do veículo e máquina locados, identificando o item, especificações dos veículos e máquinas locados e do veículo e máquinas substitutos (número de série, chassi, outros) conforme o caso, dias trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total aos dias trabalhos do veículo e máquinas, devidamente assinado pelo preposto da empresa, para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade;
- 8.12.** Relatório de manutenção preventiva contendo data da realização da manutenção (se houver), descrição dos serviços realizados, peças/insumos substituídos, e a data da próxima manutenção, devidamente assinado pelo preposto da empresa, para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade. Caso não haja manutenção preventiva no mês de medição, a CONTRATADA deverá acostar um documento informando a não ocorrência de manutenção naquele mês;
- 8.13.** Relatório de Manutenção Corretiva contendo data da realização da manutenção (se houver), descrição dos serviços realizados, peças/insumos substituídos, tempo parado do veículo e máquinas para manutenção corretiva, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade. Caso não haja manutenção corretiva no mês de medição, a CONTRATADA deverá acostar um documento informando a não ocorrência de manutenção naquele mês;
- 8.14.** Relatório de Lavagem, indicando o veículo e máquinas, data da lavagem, previsão da próxima lavagem e etc. Caso não haja lavagem no mês de medição, a CONTRATADA deverá acostar um documento informando a não ocorrência de lavagem naquele mês;
- 8.15.** Relatório de Troca de Pneu (s), indicando o veículo e máquinas, data da troca do pneu, destinação da carcaça e demais informações, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado para tal finalidade. Caso não haja troca de pneu no mês de medição, a CONTRATADA deverá acostar um documento informando a não ocorrência de troca de pneu naquele mês. O relatório deve ser apresentado junto a nota fiscal dos serviços;
- 8.16.** O não atendimento de quaisquer das condições acima listadas implicará a suspensão da obrigação de pagamento pela CONTRATANTE até a devida regularização pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- 8.17.** Nenhum pagamento será efetuado ao(à) CONTRATADO(A) enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 8.18.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da CONTRATADA;

8.19. Previamente à primeira liquidação da despesa, deverá ocorrer, por meio de apostilamento ao Contrato, a inclusão dos dados de identificação definitiva do objeto fornecido, tais como marca, modelo, número de série, ano de fabricação, placa do veículo ou quaisquer outros dados de registro exigidos em razão da natureza do objeto contratado;

8.20. A verificação, coleta e inserção dessas informações são de responsabilidade do gestor do contrato, que deverá adotar as providências necessárias para garantir a formalização tempestiva do apostilamento, de modo a assegurar a adequada caracterização do objeto e o cumprimento dos requisitos legais e contratuais aplicáveis;

8.21. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por culpa exclusiva da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do INPC.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO.

9.2. O pregão será adotado por se tratar de modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, a forma eletrônica possui preferência de utilização em detrimento do modo presencial, além de propiciar maior eficiência e economia, conforme art. 6º inc. XLI da Lei Geral de Licitações, na modalidade pregão somente poderá ser adotado o critério de julgamento menor preço ou maior desconto, sendo o critério de menor preço o mais adequado a presente licitação, por fim o modo de disputa aberto será utilizado conforme estabelece o Regulamento Municipal (Decreto 799/2023). Isto posto, resta demonstrado a adequação e eficiência da forma de combinação dos parâmetros de modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa em conformidade com o que preconiza o art.7º, inc. XVIII, alínea f) da IN nº 09/2023/TCM-GO e o art. 18, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

9.3. Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

10. REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/01/2026.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada, nos termos do item 10.1.

10.4. Caso a Contratada não pleiteie tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

10.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições de uso, dentro do prazo e no local indicado pela secretaria municipal de ação urbana e AMT, em estrita observância às especificações constantes no termo de referência e na proposta apresentada, devendo ser apresentados, no ato da entrega certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV);

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos veículos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.3. O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas dos veículos locados com avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados no prazo máximo de 2 (duas) horas.

11.4. Comunicar à Administração, imediatamente no ato do recebimento da Ordem de Serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133 de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

11.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais locados;

11.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;

11.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

11.16. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor da contratante encarregado de acompanhar a execução do objeto prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

11.17. A apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente registrada junto a SUSEP, não serão admitidas apólices adquiridas junto a associações de Proteção Veicular;

11.18. A documentação do veículo locado deverá estar em nome da empresa contratada, cabendo-lhe mantê-la sempre atualizada junto ao órgão de trânsito e ao fisco estadual;

11.19. O bem fornecido pela CONTRATADA deverá estar em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei nº 9.503/97, de 23.09.97) – Código de Trânsito Brasileiro;

11.20. A CONTRATADA deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste termo, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

11.21. A contratada deverá ser responsável pelas manutenções dos veículos (mecânica, elétrica e funilaria) preventiva e corretiva, neste incluindo realização de geometria e balanceamento, consertos, reparos e substituições ocasionadas por quebra, troca regulares de óleo lubrificante, avarias por desgaste natural (vida útil), inclusive pneus (na substituição de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados).

11.22. A renovação da frota deve ocorrer a cada 24 (vinte e quatro) meses após a entrega dos veículos. A LOCADORA será integralmente responsável pela retirada dos veículos atuais e pela entrega dos novos, que devem ter características idênticas e atender às mesmas condições estabelecidas neste termo.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato;

12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.5. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.6. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

12.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Caso a CONTRATADA não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa:

- (1) Moratória de 1,5 % (Um vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.1, de 20 % a 30 % do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 13.1, de 30 % do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.1, a multa será de 25% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1, a multa será de 2 % a 10% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.1, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. A aplicação das sanções previstas nos itens 13.2.1 a 13.2.4 deverá observar os seguintes fatores no caso concreto:

- a) danos causados à Administração Pública ou à prestação do serviço público;
- b) circunstâncias agravantes e atenuantes;
- c) funções social e econômica da empresa.

13.8. Constituem circunstâncias agravantes, entre outras previstas no edital de licitação ou no contrato administrativo:

- a) reincidência, verificada a partir de identificação em cadastro oficial, de sanção aplicada ao licitante ou contratado por conduta idêntica ou mais grave que aquela sob apuração, nos doze meses que antecederem

o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) não atendimento às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;

c) ausência de resposta às notificações e às solicitações dirigidas ao licitante ou contratado pela unidade gestora ou fiscalizadora do contrato.

13.9. Constituem circunstâncias atenuantes, entre outras:

a) o licitante ou o contratado, por sua espontânea vontade, após detectada a irregularidade, ter procurado evitar ou minorar, com eficiência, as consequências do problema ou reparar o dano;

b) a conduta praticada ser decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais o licitante ou o contratado não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação.

13.10. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratado ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comine a sanção mais grave.

13.11. A aplicação das sanções administrativas acima previstas não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente envolvido.

13.12. A dosimetria das sanções previstas nos itens 13.2.1 a 13.2.4 deve considerar, além dos princípios relacionados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes aspectos:

a) a importância da preservação da empresa e o reconhecimento de sua relevante função social;

b) a natureza e a gravidade da infração cometida;

c) as peculiaridades do caso concreto;

d) a constatação de que a prática de atos ilícitos por parte de licitantes e contratados gera ineficiência ao desenvolvimento dos trabalhos e à rotina da administração municipal, com consequentes prejuízos ao erário;

e) o caráter pedagógico da sanção e o respectivo impacto positivo sobre licitações e contratações futuras;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

g) a manutenção do emprego dos trabalhadores.

13.13. As infrações administrativas de que tratam os subitens “b” a “g” do item 13.1 serão punidas com a sanção de impedimento de licitar e contratar na seguinte graduação:

a) de três meses a dois anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) de seis meses a três anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;

c) de dois meses a seis meses, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) de dois meses a um ano, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) de seis meses a um ano, na hipótese de não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;

f) de três meses a um ano, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.14. Caso as infrações administrativas a que se refere o item 13.13 implicarem danos financeiros significativos para a administração municipal, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte graduação:

a) de três a cinco anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) de quatro a seis anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;

c) de três a quatro anos, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) de três a quatro anos, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) de três a quatro anos, na hipótese de não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;

f) de três a cinco anos, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.15. As infrações administrativas de que tratam os subitens “h” a “l” do item 13.1 serão punidas com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte graduação:

a) de três a quatro anos, na hipótese de apresentar declaração ou documentação falsas exigidas no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) de quatro a seis anos, na hipótese de fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) de três a quatro anos, na hipótese de comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza;

- d) de três a cinco anos, na hipótese de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) de quatro a seis anos, na hipótese de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 13.16.** Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e no edital.

14. EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei no 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

ANEXO I – DESCRITIVO SINALIZADORES

ESPECIFICAÇÃO DA BARRA SINALIZAÇÃO E SIRENE

Sinalizador Visual:

Barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm. Instalada pela licitante vencedora no teto do veículo.

Barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula, injetada em policarbonato na cor transparente, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 Leds próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada Led, na cor predominante RUBI com cor AZUL distribuído pela barra, com garantia de 5 anos. Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

Alimentados nominalmente com 12 Vcc. Com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita.

Cada LED deverá obedecer a especificação a seguir descrita:

- 1) LED vermelho: comprimento de onda de 610 a 660 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 90 lúmens ANSI típico;
- 2) LED azul: comprimento de onda de 450 a 490 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 60 lúmens ANSI típico;
- 3) LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 180 lúmens ANSI típico;
- 4) Categoria: AlInGaP;

O sinalizador visual principal deverá ser controlado por controle central único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos, com pulsos luminosos de 25 ms a 2 seg. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds através de PWM (Pulse Width Modulator), o PWM devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds, não deverá ultrapassar 5 A, na condição de alimentação nominal.

ILUMINAÇÃO DE BECO: Próximo à barra de iluminação principal, deverá haver iluminação lateral branca, conhecida como “luz de beco”, com interruptores próprios no painel de controle. O equipamento deve ter diâmetro máximo de 170 mm. A iluminação deverá ser de pelo menos 1.500 (um mil e quinhentos) lúmens ANSI e 20.000 candelas, cada lado. Alcance de pelo menos 50 metros com pelo menos 20 lúmens ANSI. O centro do feixe de luz deverá formar um ângulo de 20 a 45 graus com o a dianteira do veículo. O local de fixação sugerido pela empresa vencedora deve ser aprovado pela AMT.

O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 5 outros padrões de “flashes” distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos / utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais), os botões devem ser confeccionados em silicone translúcido com iluminação de fundo. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta.

O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os

ocupantes da cabina.

O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios. O sinalizador luminoso deve atender as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - Society of Automotive Engineers, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1 nos módulos centrais frontais.

Sinalizador Acústico: A pressão sonora emitida à frente do veículo não poderá ser inferior a 110 dB (decibéis), garantindo adequada audibilidade e eficiência no uso operacional. Para a comprovação do nível de pressão sonora, o ensaio deverá ser realizado com o aparelho de medição posicionado a uma distância de 1 (um) metro da dianteira do veículo e a uma altura de 1 (um) metro do solo, conforme metodologia de aferição padronizada.

Será admitida a instalação complementar de sirene de baixa frequência, desde que em adição à sirene principal, com o objetivo de ampliar o alcance e a percepção sonora em diferentes condições de tráfego.

O driver (transdutor) empregado no conjunto deverá ser específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedado o uso de drivers projetados para aplicações musicais ou de uso civil comum. O equipamento deverá possuir pontos de fixação estruturais no corpo do driver, não sendo permitida a fixação por meio de rosca, a fim de evitar desgastes, quebras e possíveis acidentes, além de garantir o pleno funcionamento e durabilidade do sistema de sirene.

Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potencia de no mínimo 30 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor;

Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas Polícias.

Os equipamentos deverão ser novos de primeiro uso Observações Importantes: O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios).

O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.

ANEXO II - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Unidade requisitante: **Secretaria de Ação Urbana e AMMT – Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito de Rio Verde**

Item 01: Veículo tipo utilitário pick-up

Serviço: Deslocamento até as diversas frentes de trabalho coordenadas pelas Secretarias.

Local de utilização: Zona Urbana

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 3.500 km/mês

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste).

Frequência de lavagem: 04 lavagens por mês.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

Item 02: Caminhão carroceria aberta com motorista /operador.

Serviço: Transporte para atender as necessidades do departamento de iluminação pública assegurando a continuidade dos serviços de manutenção da iluminação pública no município de Rio Verde, atividade essencial de responsabilidade da administração pública, indispensável para a segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida da população.

Local de utilização: Zona Urbana.

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 2.000 km/mês

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste)

Frequência de lavagem: 01 vez ao mês, a cada 30 (trinta) dias.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

Item 03: Caminhonete, cabine simples carroceria aberta.

Serviço: Realizar o transporte de equipe e de materiais de Sinalização de Trânsito.

Local de utilização: Zona Urbana

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 3.500 km/mês.

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste)

Frequência de lavagem: 04 lavagens por mês.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

As quilometragens apresentadas neste anexo são estimativas e serão executadas de acordo com as necessidades e solicitações da CONTRATANTE, podendo ou não serem utilizadas em sua totalidade ou, ultrapassadas.

ANEXO III
Correspondência dos itens Mapa de Cotação e Termo de Referência

Mapa de Cotação	Termo de Referência
Itens 1 e 2	Item 1
Itens 3	Item 2
Item 4 e 5	Item 3

ANEXO IV - DESCRITIVO RÁDIOS E PLOTAGEM VEÍCULOS AMT ADESIVOS REFLETIVOS DE GRAU COMERCIAL PARÂMETROS DE OPERAÇÃO OPERACIONAIS

Adesivo deverá ser refletivo e apresentar uma durabilidade máxima de 3 anos após aplicado. A aplicação do material deve ser feita a uma faixa de temperatura de 18 a 35 ° em ambiente com umidade relativa de 30 a 60%.

COMPOSIÇÃO As peças aplicadas com adesivos refletivos devem apresentar em sua composição Microesferas de vidro que garantam seu retrorreflexão quando o material é exposto a uma fonte luminosa. Características:

1. Multidirecionalidade quando aplicada em veículos;
2. Aparência visual uniforme tanto diurna quanto noturna.

Durabilidade média de até 03 anos em posição vertical. Frontal: PVC com microesferas de vidro refletivas. Adesivo: Permanente e sensível a pressão. Liner: Filme de polipropileno para proteção da camada de adesivo.

ADESIVOS NÃO REFLETIVOS

Película não refletiva com frontal em PVC Polimérico Calandrado de 80 micras 0,08mm, composto de cola tipo acrílica aquosa reposicionável, Liner em papel couchê de 120g/m² siliconado, com durabilidade de 3 anos mínimo para ambientes externos, devendo ser aplicado em ambiente coberto e limpo a temperatura ambiente, recortado com máquina específica para recorte.

BRASÕES

Os brasões e logo marcas deverão ser confeccionados em adesivos especialmente projetados para impressão digital coloridas, confeccionado em PVC do tipo Polimérico de 65 micra (0,065), cola em acrílico reposicionável, Liner de 130 g/m², com durabilidade mínima de 03 anos, para uso externo, impressão com durabilidade mínima de 01(um) ano, devendo ser envernizado ou impermeabilizado com qualquer outro produto que proteja a impressão digital.

PLOTAGEM

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



QUANTIDADE DE VEÍCULO	METROS ² ESTIMADO	TOTAL
02	25	50m ²

SISTEMA DE RÁDIO DIGITAL – AMT

Terminal Digital Móvel Avançado TDMA DMR que devem compor os veículos destinado a Fiscalização de trânsito.

1. TERMINAIS MOVEIS VEICULARES COM GPS.

Os Terminais Móveis, operando com sistema troncalizado, deverão permitir a comunicação entre as Bases Operacionais, outros terminais fixos, bem como os terminais portáteis e os despachadores que fazem parte do Sistema de Radiocomunicação Digital. O equipamento deverá oferecer uma comunicação clara e segura, com modulação digital e cumprir as demais características técnicas constantes neste documento. O terminal deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis as recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL prevalecerão. b. Todas as frequências a serem utilizadas pelo terminal desta especificação, deverão ser licenciadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, em nome da CONTRATADA, sendo que todas as taxas devidas ficarão por conta da mesma enquanto durar o contrato de locação. c. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser do mesmo fabricante dos equipamentos hoje em operação na Prefeitura Municipal de Rio Verde para perfeita integração entre d. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todos os terminais de radiocomunicação nos veículos, juntamente com todos os materiais, acessórios, partes, peças, licenças, softwares, dispositivos e demais itens necessários à instalação e ativação, incluindo o respectivo sistema irradiante. e. Os equipamentos que serão embarcados nas viaturas, deverão ser totalmente integrados aos sistema de comunicação hoje em operação, nas forças de segurança e atendimento de saúde do cidadão Rio Verdense

2. COMPOSIÇÃO DO TERMINAL MÓVEL VEICULAR.

- A.01(um) Terminal móvel digital tecnologia TDMA DMR
- B. 01(uma) Licença de operação trunking
- C. 01(um) Microfone com tecla PTT e cabo espiralado;
- D. 01(um) Kit de instalação contendo no mínimo, o suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão; cabo de alimentação com fusível e porta-fusível de proteção, parafusos e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio;
- E. 01(uma) Antena 5/8" de onda com mola, bobina e vareta de aço com 3 db de ganho, a ser fornecida com suporte de fixação para se evitar de furar o teto do veículo;
- F. 01(uma) Antena de recepção de sinais de GPS, tamanho reduzido;
- G. 01(um) Conjunto de conectores coaxiais compatíveis com o cabo coaxial e o conector de entrada de antena do transceptor;
- H. 01(uma) Licença para operação e gerenciamento, GPS e acesso a console de operações

CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

Indicação de intensidade do sinal recebido / Monitoração / Nível de potência / Tons desativados / Varredura / Varredura de prioridade / Mensagem não lida / Caixa de entrada cheia / Emergência / Privacidade / Comunicação direta / Chamada individual / Chamada em grupo / Chamada geral / Mensagem Enviada com êxito / Falha de envio de mensagem / Mensagem em andamento.

- Display para indicação de canais.
- Permitir a transferência dos parâmetros de programação de transceptor a transceptor (cloning).
- Número de canais: ≥ (32) trinta e dois canais.
- Capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infraestrutura, nos modos digital e/ou analógico.
- Deverá efetuar todos os tipos de funções das consoles instaladas, Gerenciamento por GPS e outras.

CONTROLES DO PAINEL FRONTAL:

a) Comando Liga / Desliga / Ajuste do nível de áudio (Volume) / Silenciador de recepção / Seletor de canais / Botão programável para o acionamento de alarme de emergência / No mínimo 2 botões programáveis por software, para execução de funções predefinidas / Função de anúncio por voz, para informar ao usuário verbalmente alteração de canal, zona ou as funções dos botões programáveis / Função Modo Direto de Capacidade Dupla, sendo possível utilização de dois canais simultâneos em modo direto compartilhando a mesma frequência (TDMA) / Funcionalidade Bluetooth integrado ao circuito interno;

RECURSOS OPERACIONAIS:

Envio da identificação eletrônica do rádio / Alarme de emergência / Inibição e reabilitação de rádio / Recepção de chamada privativa / Envio de chamada de emergência / Recepção de monitor remoto / Chamada de alerta. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS: Faixa de frequência na Banda de 360Mhz a 400Mhz / Método de acesso: TDMA / Espaçamento de canais: 12,5 kHz / Alimentação DC: através de fonte de alimentação com bateria.

PROTEÇÕES ELETRÔNICAS CONTRA:

Variação de impedância de RF ou descasamento da antena / Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável) / Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador / Tecnologia baseada em microprocessador / A identificação Eletrônica do Transceptor deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo a inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais, opcionais e/ou complementares ao equipamento.

CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS ESPECÍFICAS TRANSMISSOR:

Potência de saída de RF: ≥ 45 W, com ajuste via programação / Estabilidade de frequência na faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm (com GPS) / Emissões conduzidas / irradiadas: ≤ -36 dBm < 1GHz / -30 dBm > 1 GHz / Temporizador de transmissão reciclável em cada acionamento, com tempo programável via software / Potência de RF no canal adjacente: ≤ 60 dB a 12.5 kHz e ≤ 70 dB a 25 kHz / Resposta de áudio conforme a Norma TIA603D / Distorção de áudio: $\leq 3\%$ / Tipo de Vocoder digital: AMBE+2

RECEPTOR:

Sensibilidade em modo digital: ≤ 0.3 μV , para 5% de BER / Seletividade para canais adjacentes: ≥ 50 dB a 12,5 kHz; ≥ 80 dB a 25 kHz (TIA603D) / Estabilidade de frequência dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm, com GPS / Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz / Rejeição de sinais espúrios: ≥ 80 dB (TIA603D) / Rejeição de Intermodulação: ≥ 78 dB (TIA603D) / Potência de áudio: ≥ 3 Watts, com tom de 1kHz no altofalante do painel frontal / Distorção de áudio: $\leq 3\%$ / Emissões de espúrias conduzidas: ≤ -57 dBm (TIA603D).

ANTENA:

Faixa de frequência na Banda de 360Mhz a 400Mhz / Método de acesso: TDMA / Espaçamento de canais: 12,5 kHz / Potência: 100 Watt / Impedância: 50 Ohms / R.O.E: Menor que 1,5:1.

OUTRAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Número de série do equipamento gravado indelevelmente na memória interna do equipamento e fixado no chassi por meio de etiqueta adesiva. Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de líquidos, e em condições de operar sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas nos veículos. Atender a Norma MIL STD 810 nas classes C, D, E, F e G. Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas elétricas ou mau contato. Circuitos impressos protegidos contra corrosão. Entrada de água e pó: IP54, MIL-STD. O Licitante deverá atender completamente a resolução nº 715 de 23 de outubro de 2.019, da Anatel.

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento de todos os equipamentos, materiais e acessórios contra defeitos de fabricação, por período enquanto durar o contrato de locação contados a partir da data da Aceitação, pela CONTRATANTE. Esta garantia também se aplica para as instalações realizadas. Todos os equipamentos fornecidos devem ser garantidos contra defeitos em componentes, falha de engenharia e defeitos de fabricação, após a ativação e funcionamento definitivo.

A CONTRATADA deverá estar comprometida em disponibilizar para reparo, e/ou substituição dos equipamentos embarcados, unidades, módulos, partes ou equipamento completo se necessário for, no máximo em 12 horas do chamado técnico. Os serviços de manutenção dos equipamentos de rádio comunicação deverá ser executadas por técnicos terceirizados pelo Contratado, porém deverá ser devidamente certificado pelo fabricante dos terminais de rádios de comunicação, comprovados. imagem ilustrativa:



PREFEITURA DE

RIO VERDE

Av Flamboyant, esquina com RG 12, Bairro Gameleira II,
CEP: 75.906-880 – RIO VERDE/GOIÁS, Caixa postal 34
FONE: (0xx64) 3602-8070/8021, www.rioverde.go.gov.br ou
pregaoeletronico@rioverde.go.gov.br



ANEXO 2 – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE **DIVERSAS SECRETÁRIAS**, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE RIO VERDE**, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Nº.

Por este instrumento de contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GOIÁS**, com sede nesta cidade a Av. Presidente Vargas n.º 3.215 – Vila Maria, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **02.056.729/0001-05**, representado pelo seu Prefeito, o Sr. **WELLINGTON SOARES CARRIJO FILHO**, com matrícula sob n.º 3016115, residente e domiciliado nesta cidade, através da **AGÊNCIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.206/0001-18, com sede administrativa na Rua 14 - B, s/n – Jardim Goiás, Rio Verde - GO, neste ato representado por seu Presidente o Sr. **WELKER RUBENS DE FREITAS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º xxx.416.xxx-x7 e, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei nº 4.320 de 17/03/1964 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e suas alterações, neste instrumento doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, têm como justo e contratado o que segue, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decorrente da licitação nº _____, na modalidade _____, protocolo nº _____, realizada em _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

Constitui objeto do presente contrato a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação veículos, com e sem motorista / operador, a fim de atender às necessidades da Secretaria de Ação Urbana e AMMT - Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito da prefeitura municipal de Rio Verde – GO, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. VEÍCULOS	UND. MED.	QTD. MESES	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL 24 MESE R\$
1	LOCAÇÃO VEÍCULO UTILITÁRIO CARROCERIA ABERTA TIPO PICK UP, SEM MOTORISTA, CABINE SIMPLES, 02 PORTAS, CAPACIDADE PARA ATÉ 02 PASSAGEIROS, COR BRANCA, FABRICAÇÃO MÍNIMA 2025 (ZERO KM), MOTORIZAÇÃO MÍNIMA CILINDRADA 900 CM3, POTÊNCIA MÍNIMA 85 CV, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ALCOOL), CAPACIDADE MINIMA TANQUE COMBUSTIVEL 45 LITROS, RODA/PNEUS ARO MÍNIMO 14, TRANSMISSÃO MANUAL OU AUTOMÁTICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, JOGO DE TAPETES E LONA MARÍTIMA. SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, REVISÕES, MANUTENÇÕES, LUBRIFICANTES, LICENCIAMENTO, IMPOSTOS DE QUALQUER NATUREZA E SEGURO OBRIGATÓRIO.	2	Mês	24 MESES		

2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIDADE DE CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA COM MOTORISTA /OPERADOR; ANO MÍNIMO DE FABRICAÇÃO: 2020, COMBUSTÍVEL: DIESEL; COM CESTO AÉREO NÃO ISOLADO ACOPLADO AO VEICULO COM CAPACIDADE ATE 136KGF /CESTO, COM ALCANCE MÍNIMO VERTICAL DE TRABALHO DE 13,50 METROS, GIRO NFINITO; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA (INCLUINDO A CARROCERIA) DE 8.000 KG; POTENCIA MÍNIMA DE 156 CV; CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 03 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA. COM MANUTENÇÃO E SEGURO COM COBERTURA PARA DANOS MATERIAIS E CORPORAIS A TERCEIRO E COM COBERTURA DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, POR CONTA DA CONTRATADA.	1	Mês	24 MESES		
3	LOCAÇÃO DE VEICULO MODELO: CAMINHONETE, CABINE SIMPLES CARROCERIA ABERTA, MÁXIMO 3 PESSOAS, DUAS PORTAS. COR BRANCA, COMBUSTÍVEL: DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA 150 CV, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA, TRAÇÃO 4 X 2, FREIOS HIDRÁULICO COM DUPLO CIRCUITO EM PARALELO SISTEMA DE FREIOS ANTIBLOCANTE (ABS) COM SISTEMA ELETRÔNICO DE DISTRIBUIÇÃO DE FRENAGEM (EBD) E ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA (BAS) NAS RODAS TRASEIRAS (TAMBOR) E DIANTEIRAS (DISCO). DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, DIMENSÕES MÍNIMAS DA CAÇAMBA 2.205 MM DE COMPRIMENTO POR 1.534 MM DE LARGURA, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA A 1.020 KG. AR-CONDICIONADO JOGO DE TAPETES, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NO INTERIOR DA CAÇAMBA, ENGATE DE REBOQUE FIXO. ESTRIBO LATERAL, SANTO ANTÔNIO, PARACHOQUE DE IMPULSÃO, PAINEL MULTIMÍDIA, SENSOR E CAMERA DE RÉ, QUEBRA MATO E MESA DE GUINCHO, ANO E MODELO FABRICAÇÃO MÍNIMO DE 2025, ZERO QUILOMETRO, COM PLOTAGEM, SISTEMA DE RÁDIO DIGITAL E SINALIZADOR SIRENE COM MODELO COMPATÍVEL AO PADRÃO AMT DE VIATURAS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, REVISÕES, MANUTENÇÕES,	2	Mês	24 MESES		

LUBRIFICANTES, LICENCIAMENTO, IMPOSTOS DE QUALQUER NATUREZA E SEGURO OBRIGATÓRIO. RODAGEM EM VIA PAVIMENTADA, ESTIMATIVA DE 2.000 KM/MÊS.				
VALOR TOTAL:				RS

§1º - Vinculam-se ao presente contrato independente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e seus anexos, bem como a proposta ofertada pelo(a) **CONTRATADO(A)** no momento do certame.

§ 2º – Constam nos anexos deste instrumento as informações complementares relativas aos veículos, bem como o descritivo dos rádios e da plotagem dos veículos da AMT e os sinalizadores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

O valor total do presente contrato importa em R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa do presente contrato correrá por conta da Dotação Orçamentária:

- 03.51.15.122.6166.2039 - 3.3.90.39.00 - (0332/2026) FR: 100 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AÇÃO URBANA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 03.51.15.451.6165.2043 - 3.3.90.39.00 (0341/2026) FR: 117 - MANTER ILUMINAÇÃO PÚBLICA - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 25.01.15.122.6111.2170.3.3.90.39. (1289/2026) – FR 171 – MANTER A FROTA DA AMMT - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
- 25.01.15.122.6111.2170.3.3.90.39. (1289/2026) – FR 100 – MANTER A FROTA DA AMMT - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os documentos orçamentários limitam-se ao exercício financeiro de 2026, no (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

- O presente contrato terá **vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da última assinatura eletrônica das partes postas no instrumento**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá ser verificada a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- O(A) **CONTRATADO(A)** deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, correspondente a prestação de serviços, que será atestada pelo Secretário ou servidor expressamente designado;
- O pagamento será efetuado mensalmente em 10 (dez) dias, após o cumprimento do Inciso anterior;
- Passados 30 (trinta) dias corridos sem o devido pagamento por culpa exclusiva da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC;

- IV. Nenhum pagamento será efetuado ao(à) **CONTRATADO(A)** enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- V. O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pelo(a) **CONTRATADO(A)**, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, nº da conta corrente e agência com a qual opera. A **CONTRATANTE** não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária;
- VI. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos ao(à) **CONTRATADO(A)** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa do(a) **CONTRATADO(A)**;
- VII. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao sistema de cadastro de fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo;
- VIII. A liberação do pagamento ficará condicionada a apresentação de planilha com medição da prestação de serviço, identificando o item, especificações do veículo (número de série, chassi, outros) conforme o caso, dias/horas trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total aos dias/horas trabalhadas pelo veículo, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado para tal finalidade, devendo ser apresentados acompanhada da nota fiscal dos serviços;
- IX. Planilha com relatório de demonstrativo de utilização dos veículos reserva quando ocorrer a substituição dos veículos locados, identificando o item, especificações dos veículos locados e dos veículos substitutos (número de série, chassi, outros) conforme o caso, dias trabalhados, valor unitário mensal e proporcional total aos dias trabalhos do veículo, devidamente assinado pelo preposto da empresa, para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade;
- X. Relatório de manutenção preventiva contendo data da realização da manutenção (se houver), descrição dos serviços realizados, peças/insumos substituídos, e a data da próxima manutenção, devidamente assinado pelo preposto da empresa, para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade. Caso não haja manutenção preventiva no mês de medição, a **CONTRATADA** deverá acostar um documento informando a não ocorrência de manutenção naquele mês;
- XI. Relatório de Manutenção Corretiva contendo data da realização da manutenção (se houver), descrição dos serviços realizados, peças/insumos substituídos, tempo parado dos veículos para manutenção corretiva, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designada para tal finalidade. Caso não haja manutenção corretiva no mês de medição, a **CONTRATADA** deverá acostar um documento informando a não ocorrência de manutenção naquele mês;
- XII. Relatório de Lavagem, indicando o veículo, data da lavagem, previsão da próxima lavagem e etc. Caso não haja lavagem no mês de medição, a **CONTRATADA** deverá acostar um documento informando a não ocorrência de lavagem naquele mês;
- XIII. Relatório de Troca de Pneu (s), indicando o veículo, data da troca do pneu, destinação da carcaça e demais informações, devidamente assinado pelo preposto da empresa para certificação e ateste pelo Secretário da pasta ou servidor expressamente designado para tal finalidade. Caso não haja troca de pneu no mês de medição, a **CONTRATADA** deverá acostar um documento informando a não ocorrência de troca de pneu naquele mês. O relatório deve ser apresentado junto a nota fiscal dos serviços;
- XIV. O não atendimento de quaisquer das condições acima listadas implicará a suspensão da obrigação de pagamento pela **CONTRATANTE** até a devida regularização pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

- XV. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da **CONTRATADA**;
- XVI. Previamente à primeira liquidação da despesa, deverá ocorrer, por meio de apostilamento ao Contrato, a inclusão dos dados de identificação definitiva do objeto fornecido, tais como marca, modelo, número de série, ano de fabricação, placa do veículo ou quaisquer outros dados de registro exigidos em razão da natureza do objeto contratado;
- XVII. A verificação, coleta e inserção dessas informações são de responsabilidade do gestor do contrato, que deverá adotar as providências necessárias para garantir a formalização tempestiva do apostilamento, de modo a assegurar a adequada caracterização do objeto e o cumprimento dos requisitos legais e contratuais aplicáveis;
- XVIII. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:
- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e Decreto Municipal nº 1.496/2023;
 - b) Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 210, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 - c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com o Código Tributário Municipal (Lei nº 5.727/2009 e alterações), Decretos e Atos Normativos Municipais.
- XIX. Dúvidas sobre retenção de tributos na fonte, podem ser esclarecidas no canal de atendimento da Secretaria da Fazenda, através do e-mail: sefaz_retencoes@rioverde.go.gov.br.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

- I. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **14/01/2026**;
- II. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- III. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do inciso I acima;
- IV. Caso a **CONTRATADA** não pleiteie tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;
- V. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- VI. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);
- VII. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

VIII. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

Além das disposições contidas neste Contrato, constituirão ainda obrigações do(a) **CONTRATADO(A)**:

- I.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições de uso, no prazo e local indicados pela Secretaria solicitante em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado do CRLV;
- II.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);
- III.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas o material locado com avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- IV.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- V.** Comunicar à Administração, imediatamente no ato do recebimento da Ordem de Serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- VI.** Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme art.137, II da Lei 14.133 de 2021, e prestar todos esclarecimentos ou informação por eles solicitados;
- VII.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais locados;
- VIII.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IX.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- X.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para habilitação na licitação;
- XI.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
 - a)** A comprovação de reserva de cargos a que se refere o inciso acima será realizada no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- XII.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XIII.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei 14.133 de 2021;

- XIV. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- XV. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor do **CONTRATANTE** encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- XVI. A apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente registrada junto a SUSEP, não serão admitidas apólices adquiridas junto a associações de Proteção Veicular;
- XVII. A documentação do veículo locado deverá estar em nome da **CONTRATADA**, cabendo-lhe mantê-la sempre atualizada junto ao órgão de trânsito e ao fisco estadual;
- XVIII. O bem fornecido pela **CONTRATADA** deverá estar em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei nº 9.503/97, de 23.09.97) – Código de Trânsito Brasileiro;
- XIX. A **CONTRATADA** deverá comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o veículo que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste termo, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- XX. A **CONTRATADA** deverá ser responsável pelas manutenções do veículo e máquinas (mecânica, elétrica e funilaria) preventiva e corretiva, neste incluindo realização de geometria e balanceamento, consertos, reparos e substituições ocasionadas por quebra, troca regulares de óleo lubrificante, avarias por desgaste natural (vida útil), inclusive pneus (na substituição de pneus só serão aceitos pneus novos, sendo vedada a utilização de pneus reformados ou recauchutados).
- XXI. A renovação da frota deve ocorrer a cada 24 (vinte e quatro) meses após a entrega dos veículos. A **LOCADORA** será integralmente responsável pela retirada dos veículos atuais e pela entrega dos novos, que devem ter características idênticas e atender às mesmas condições estabelecidas neste termo.
- XXII. Seguro:
- a) Para os itens 01 e 03, a **CONTRATADA** responsabiliza se pela contratação de seguro contra a colisão e/ou avarias, sendo estas originadas devido a acidentes automobilísticos, roubo, furto, incêndio, submersão por inundação ou alagamento, granizo e perda total. Fornecer também seguros contra terceiros, sendo danos materiais até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e danos corporais até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
 - b) Para o item 02, a **CONTRATADA** responsabiliza-se pela contratação de seguro contra terceiros, sendo danos materiais até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e danos corporais até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- XXIII. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que autorizado pela Secretaria Municipal de Ação Urbana e AMMT;
- XXIV. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- a) Manutenção corretiva e preventiva;
 - b) Seguro;
 - c) Limpeza;
- XXV. As parcelas abaixo não poderão ser subcontratadas:
- a) Locação do veículo, o mesmo deve ser de propriedade da **CONTRATADA**;
 - b) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo

rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- c) A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- d) O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente;
- e) É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- I. Cumprir pontualmente com todas as obrigações financeiras para com o(a) **CONTRATADO(A)**;
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) **CONTRATADO(A)**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- III. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- IV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- V. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- VI. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestadamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - a) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- VII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro realizados pelo(a) **CONTRATADO(A)** no prazo máximo de 01 (um) mês;
- VIII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do(a) **CONTRATADO(A)**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- IX. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

- I. O prazo ordinário para disponibilização dos veículos será de 30 (trinta) dias, devendo a **CONTRATADA** entregá-los devidamente equipados, adaptados, plotados e aptos ao uso. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação formal apresentada antes do vencimento, com justificativa técnica e documentação comprobatória, desde que aceita pela administração e não decorrente de culpa, desídia ou falha de planejamento da **CONTRATADA**. A prorrogação dependerá de decisão motivada e formalização nos autos, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- II. No ato da vistoria a **CONTRATADA** deverá apresentar:
 - a) CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento dos Veículos;

- b) A **CONTRATADA** deverá apresentar Carteira Nacional de Habilitação do condutor, a qual deverá ser do tipo compatível com o veículo a ser conduzido;
- c) Cópia autenticada da apólice de seguro em conformidade com o exigido no Termo de Referência e no contrato;

III. O veículo objeto desta contratação deverá ser de propriedade da **CONTRATADA**;

IV. A **CONTRATADA** que apresentar os veículos em desacordo com as especificações constantes no Edital, Termo de Referência e da proposta, terá um prazo de até 5 (cinco) dias para adequação e/ ou substituição do veículo, conforme o seu estado, e o custo de mobilização/desmobilização do veículo para vistoria será suportado **EXCLUSIVAMENTE** pela **CONTRATADA**;

- a) Sendo esgotados todos os prazos estabelecidos pela Administração para recebimento do objeto sem o devido saneamento, a Administração rejeitará no todo o bem e será aplicada as sanções previstas.

V. Os veículos utilitários e o caminhão devem estar em perfeito estado de conservação e uso, para a execução contratual e devem ser entregues na sede da AMMT no endereço mencionado na ordem de serviço na: **Rua 14B s/n - Jardim Goiás, próximo ao Colégio Estadual João Veloso do Carmo. Rio Verde GO CEP: 75.903-190**, em horário comercial das 08 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira. Os veículos da Secretaria de Ação Urbana deverão ser entregues no mesmo endereço da AMT, para facilitar o recebimento.

VI. Os veículos modelos caminhonetes deverão ser entregues atendendo as exigências do ANEXO III - DESCRITIVO RÁDIOS E PLOTAGEM VEÍCULOS AMT.

VII. A **CONTRATADA** deverá entregar os veículos com o reservatório de combustível abastecidos em sua capacidade máxima, sendo esta a única ocasião de abastecimento pela **CONTRATADA**. Os demais abastecimentos serão de responsabilidade da **CONTRATANTE**;

VIII. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e manutenção corretiva dos veículos locados e os equipamentos neles instalado, entendendo-se como preventiva aquela constante do plano de manutenção do fabricante (descrita no manual dos veículos) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;

IX. Serão consideradas como manutenção preventiva, além das indicadas pelo fabricante, obrigatoriamente: as trocas de óleo de motor, de câmbio, fluido de freio, fluido aditivo de radiador, pastilhas de freio, correias do alternador e de distribuição, filtros de óleo, combustível e ar, amortecedores dianteiros e traseiros, e outros necessários ao perfeito funcionamento dos veículos;

X. A **CONTRATADA** deverá realizar a lavagem completa do veículo conforme os critérios de medição que consta no anexo I;

XI. A **CONTRATADA** deverá proceder à verificação do balanceamento do conjunto roda – pneus, e conferência do alinhamento da direção;

XII. As substituições deverão ocorrer nas dependências da **CONTRATANTE**, podendo, em situações excepcionais, mediante autorização expressa do gestor do contrato, ocorrer nas dependências da **CONTRATADA**;

XIII. Não havendo substituição dos veículos, por qualquer motivo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, fica resguardado a **CONTRATANTE** o direito de utilizar-se de outros meios, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, portanto, não cabendo faturamento e a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas no contrato;

XIV. A responsabilidade pelo pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas durante a condução dos veículos será atribuída conforme a seguir:

- a) Para o caminhão com motorista (item 2), a responsabilidade será da **CONTRATADA**;
- b) Para os veículos utilitários, a responsabilidade será da **CONTRATANTE** (itens 1 e 3), exceto as

penalidades em razão de ações que são de responsabilidade da **CONTRATADA**, tais como as relacionadas ao estado de conservação do veículo, licenciamento, IPVA, dentre outros;

- c) Na hipótese de substituição dos veículos pela **CONTRATADA**, período em que os veículos permanecerem sob sua posse, eventuais multas que venham a ocorrer serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

- XV.** Os veículos ficarão à disposição da Secretaria solicitante em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.
- XVI.** Fica vedado o uso de qualquer tipo de letreiro, propaganda, marca ou logotipo que identifique a empresa ou terceiros, nos veículos objeto da locação.
- XVII.** Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018.
- XVIII.** Adotar práticas de sustentabilidade previstas no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, no que for aplicável.
- XIX.** Os veículos serão recebidos:
- a) **Provisoriamente:** Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação que se dará até 2 (dois) dias úteis;
 - b) **Definitivamente:** Pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais que se dará até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;
- XX.** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do veículo em desacordo com as especificações técnicas exigidas;
- XXI.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- XXII.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;
- XXIII.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- I.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- I) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Caso a **CONTRATADA** não cumpra quaisquer das obrigações assumidas, ou fraude, por qualquer meio, a presente contratação, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo da Administração da Prefeitura:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) Multa:
 - b.1) Moratória de 1,5% (um e meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - b.1.1) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
 - b.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do Inciso I, de 20 % a 30 % do valor do Contrato.
 - b.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do Inciso I, de até 30 % do valor do Contrato.
 - b.4) Para infração descrita na alínea “b” do Inciso I, a multa será de 25% a 30% do valor do Contrato.
 - b.5) Para infrações descritas na alínea “d” do Inciso I, a multa será de 2 % a 10% do valor do Contrato.
 - b.6) Para a infração descrita na alínea “a” do Inciso I, a multa será de 2% a 10% do valor do Contrato.
 - c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- IV. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- V. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- VI. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- VII. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a” a “d” do Inciso II deverá observar os seguintes fatores no caso concreto:
- a) danos causados à Administração Pública ou à prestação do serviço público;
 - b) circunstâncias agravantes e atenuantes;
 - c) funções social e econômica da empresa.
- VIII. Constituem circunstâncias agravantes, entre outras previstas no edital de licitação ou no contrato administrativo:
- a) reincidência, verificada a partir de identificação em cadastro oficial, de sanção aplicada ao licitante ou contratado por conduta idêntica ou mais grave que aquela sob apuração,

nos doze meses que antecederem o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

- b) não atendimento às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- c) ausência de resposta às notificações e às solicitações dirigidas ao licitante ou contratado pela unidade gestora ou fiscalizadora do contrato.

IX. Constituem circunstâncias atenuantes, entre outras:

- a) o licitante ou o contratado, por sua espontânea vontade, após detectada a irregularidade, ter procurado evitar ou minorar, com eficiência, as consequências do problema ou reparar o dano;
- b) a conduta praticada ser decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais o licitante ou o contratado não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação.

X. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratado ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comine a sanção mais grave.

XI. A aplicação das sanções administrativas acima previstas não exclui outras penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal do agente envolvido.

XII. A dosimetria das sanções previstas nas alíneas “a” a “d” do Inciso II deve considerar, além dos princípios relacionados no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes aspectos:

- a) a importância da preservação da empresa e o reconhecimento de sua relevante função social;
- b) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- c) as peculiaridades do caso concreto;
- d) a constatação de que a prática de atos ilícitos por parte de licitantes e contratados gera ineficiência ao desenvolvimento dos trabalhos e à rotina da administração municipal, com consequentes prejuízos ao erário;
- e) o caráter pedagógico da sanção e o respectivo impacto positivo sobre licitações e contratações futuras;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- g) a manutenção do emprego dos trabalhadores.

XIII. As infrações administrativas de que tratam as alíneas “b” a “g” do Inciso I serão punidas com a sanção de impedimento de licitar e contratar na seguinte graduação:

- a) de três meses a dois anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) de seis meses a três anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;
- c) de dois meses a seis meses, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) de dois meses a um ano, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) de seis meses a um ano, na hipótese de não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;
- f) de três meses a um ano, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

XIV. Caso as infrações administrativas a que se refere o Inciso XIII implicarem danos financeiros significativos para a administração municipal, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte graduação:

- a) de três a cinco anos, na hipótese de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração municipal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) de quatro a seis anos, na hipótese de dar causa à inexecução total do contrato;

- c) de três a quatro anos, na hipótese de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) de três a quatro anos, na hipótese de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) de três a quatro anos, na hipótese de não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou de não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da respectiva proposta;
- f) de três a cinco anos, na hipótese de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

XV. As infrações administrativas de que tratam as alíneas “h” a “l” do Inciso I serão punidas com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na seguinte gradação:

- a) de três a quatro anos, na hipótese de apresentar declaração ou documentação falsas exigidas no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) de quatro a seis anos, na hipótese de fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) de três a quatro anos, na hipótese de comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza;
- d) de três a cinco anos, na hipótese de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) de quatro a seis anos, na hipótese de praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

XVI. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCINDIBILIDADE/EXTINÇÃO

- I.** A rescisão do presente contrato poderá ocorrer, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando a **CONTRATADA**:
 - a) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do **CONTRATANTE**;
 - b) Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento;
 - c) Desatender às determinações do servidor do **CONTRATANTE**, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
 - d) Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;
 - e) Ocorrer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - e.1) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
 - f) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- II.** A rescisão do contrato poderá ocorrer por mútuo consentimento entre as partes, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja interesse da Administração;
- III.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- IV.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- V.** O contrato poderá ser extinto ou rescindido, ainda, pelos motivos previstos nos artigos 106, inciso III, 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

- I. Quaisquer eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 a 135 da Lei nº. 14.133 de 01/04/2021, e alterações;
- II. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em observância ao art. 125 da Lei 14.133/21;
- IV. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- I. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- I. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- II. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- III. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- IV. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- V. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*);
- VI. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- VII. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- VIII. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IX. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- X. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- XI. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

- XII.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- XIII.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I.** Nos casos omissos, serão decididos pelo contratante, aplicadas as regras da Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas federais aplicáveis, os princípios do Direito Administrativo e Constitucional, os princípios da teoria geral dos contratos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos;
- II.** Em caso algum a **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de contrato entre as mesmas e seus empregados, prepostos ou terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

O Foro do presente Contrato é o da cidade de Rio Verde – GO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estar assim justos e acordados com tudo o que aqui foi expresso, firmam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais necessários.

Rio Verde Goiás,

WELLINGTON SOARES CARRIJO FILHO
Gestor do Poder Executivo

WELKER RUBENS DE FREITAS
Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito
de Rio Verde

RICARDO ROCHA BATISTA
Secretário de Ação Urbana e Serviços Públicos

Contratado(A)

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF:

2ª _____
CPF:

ANEXO I - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Unidade requisitante: **Secretaria de Ação Urbana e AMMT – Agência Municipal de Mobilidade e Trânsito de Rio Verde**

Item 01: Veículo tipo utilitário pick-up

Serviço: Deslocamento até as diversas frentes de trabalho coordenadas pelas Secretarias.

Local de utilização: Zona Urbana

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 3.500 km/mês

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste).

Frequência de lavagem: 04 lavagens por mês.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

Item 02: Caminhão carroceria aberta com motorista /operador.

Serviço: Transporte para atender as necessidades do departamento de iluminação pública assegurando a continuidade dos serviços de manutenção da iluminação pública no município de Rio Verde, atividade essencial de responsabilidade da administração pública, indispensável para a segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida da população.

Local de utilização: Zona Urbana.

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 2.000 km/mês

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste)

Frequência de lavagem: 01 vez ao mês, a cada 30 (trinta) dias.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

Item 03: Caminhonete, cabine simples carroceria aberta.

Serviço: Realizar o transporte de equipe e de materiais de Sinalização de Trânsito.

Local de utilização: Zona Urbana

Média estimada de quilômetros rodados ao mês: 3.500 km/mês.

Troca de pneus: Devem ser substituídos quando sofrerem qualquer avaria que comprometa a segurança do veículo ou quando o sulcro do pneu atingir 3mm de espessura. Em condições normais deve ser observado o TWI (Tire Wear Indicator Indicador de desgaste)

Frequência de lavagem: 04 lavagens por mês.

Periodicidade para revisão: Conforme manual do fabricante.

Troca de Óleo: Conforme manual de serviços do fabricante.

As quilometragens apresentadas neste anexo são estimativas e serão executadas de acordo com as necessidades e solicitações da **CONTRATANTE**, podendo ou não serem utilizadas em sua totalidade ou, ultrapassadas.

ANEXO II – DESCRITIVO SINALIZADORES

ESPECIFICAÇÃO DA BARRA SINALIZAÇÃO E SIRENE

Sinalizador Visual:

Barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, com comprimento entre 1.000 mm e 1.300 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm. Instalada pela licitante vencedora no teto do veículo.

Barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula, injetada em policarbonato na cor transparente, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 Leds próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada Led, na cor predominante RUBI com cor AZUL distribuído pela barra, com garantia de 5 anos. Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

Alimentados nominalmente com 12 Vcc. Com no mínimo 14 módulos, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita.

Cada LED deverá obedecer a especificação a seguir descrita:

- 1) LED vermelho: comprimento de onda de 610 a 660 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 90 lúmens ANSI típico;
- 2) LED azul: comprimento de onda de 450 a 490 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 60 lúmens ANSI típico;
- 3) LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 180 lúmens ANSI típico;
- 4) Categoria: AlInGaP;

O sinalizador visual principal deverá ser controlado por controle central único, dotado de microprocessador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos, com pulsos luminosos de 25 ms a 2 seg. O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds através de PWM (Pulse Width Modulator), o PWM devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds. O consumo máximo da barra nas diversas funções dos Leds, não deverá ultrapassar 5 A, na condição de alimentação nominal.

ILUMINAÇÃO DE BECO: Próximo à barra de iluminação principal, deverá haver iluminação lateral branca, conhecida como “luz de beco”, com interruptores próprios no painel de controle. O equipamento deve ter diâmetro máximo de 170 mm. A iluminação deverá ser de pelo menos 1.500 (um mil e quinhentos) lúmens ANSI e 20.000 candelas, cada lado. Alcance de pelo menos 50 metros com pelo menos 20 lúmens ANSI. O centro do feixe de luz deverá formar um ângulo de 20 a 45 graus com o a dianteira do veículo. O local de fixação sugerido pela empresa vencedora deve ser aprovado pela AMT.

O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamento e em situação de emergência e até mais 5 outros padrões de “flashes” distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos / utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou simultaneamente no caso de se utilizar LED e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais), os botões devem ser confeccionados em silicone translúcido com iluminação de fundo. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta.

O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os

ocupantes da cabina.

O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios. O sinalizador luminoso deve atender as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - Society of Automotive Engineers, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1 nos módulos centrais frontais.

Sinalizador Acústico: A pressão sonora emitida à frente do veículo não poderá ser inferior a 110 dB (decibéis), garantindo adequada audibilidade e eficiência no uso operacional. Para a comprovação do nível de pressão sonora, o ensaio deverá ser realizado com o aparelho de medição posicionado a uma distância de 1 (um) metro da dianteira do veículo e a uma altura de 1 (um) metro do solo, conforme metodologia de aferição padronizada.

Será admitida a instalação complementar de sirene de baixa frequência, desde que em adição à sirene principal, com o objetivo de ampliar o alcance e a percepção sonora em diferentes condições de tráfego.

O driver (transdutor) empregado no conjunto deverá ser específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedado o uso de drivers projetados para aplicações musicais ou de uso civil comum. O equipamento deverá possuir pontos de fixação estruturais no corpo do driver, não sendo permitida a fixação por meio de rosca, a fim de evitar desgastes, quebras e possíveis acidentes, além de garantir o pleno funcionamento e durabilidade do sistema de sirene.

Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potencia de no mínimo 30 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor;

Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas Polícias.

Os equipamentos deverão ser novos de primeiro uso Observações Importantes: O sistema não poderá gerar ruídos eletromagnéticos (EMI) ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios).

O sistema deverá ser imune a RFI (rádio frequência Interferência), especialmente quando o transceptor estiver recebendo ou transmitindo mensagens ou dados.

ANEXO III - DESCRITIVO RÁDIOS E PLOTAGEM VEÍCULOS AMT ADESIVOS REFLETIVOS DE GRAU COMERCIAL PARÂMETROS DE OPERAÇÃO OPERACIONAIS

Adesivo deverá ser refletivo e apresentar uma durabilidade máxima de 3 anos após aplicado. A aplicação do material deve ser feita a uma faixa de temperatura de 18 a 35 ° em ambiente com umidade relativa de 30 a 60%.

COMPOSIÇÃO As peças aplicadas com adesivos refletivos devem apresentar em sua composição Microesferas de vidro que garantam seu retrorreflexão quando o material é exposto a uma fonte luminosa. Características:

1. Multidirecionalidade quando aplicada em veículos;
2. Aparência visual uniforme tanto diurna quanto noturna.

Durabilidade média de até 03 anos em posição vertical. Frontal: PVC com microesferas de vidro refletivas. Adesivo: Permanente e sensível a pressão. Liner: Filme de polipropileno para proteção da camada de adesivo.

ADESIVOS NÃO REFLETIVOS

Película não refletiva com frontal em PVC Polimérico Calandrado de 80 micras 0,08mm, composto de cola tipo acrílica aquosa reposicionável, Liner em papel couchê de 120g/m² siliconado, com durabilidade de 3 anos mínimo para ambientes externos, devendo ser aplicado em ambiente coberto e limpo a temperatura ambiente, recortado com máquina específica para recorte.

BRASÕES

Os brasões e logo marcas deverão ser confeccionados em adesivos especialmente projetados para impressão digital coloridas, confeccionado em PVC do tipo Polimérico de 65 micra (0,065), cola em acrílico reposicionável, Liner de 130 g/m², com durabilidade mínima de 03 anos, para uso externo, impressão com durabilidade mínima de 01(um) ano, devendo ser envernizado ou impermeabilizado com qualquer outro produto que proteja a impressão digital.

PLOTAGEM

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



QUANTIDADE DE VEÍCULO	METROS ² ESTIMADO	TOTAL
02	25	50m ²

SISTEMA DE RÁDIO DIGITAL – AMT

Terminal Digital Móvel Avançado TDMA DMR que devem compor os veículos destinado a Fiscalização de trânsito.

1. TERMINAIS MOVEIS VEICULARES COM GPS.

Os Terminais Móveis, operando com sistema troncalizado, deverão permitir a comunicação entre as Bases Operacionais, outros terminais fixos, bem como os terminais portáteis e os despachadores que fazem parte do Sistema de Radiocomunicação Digital. O equipamento deverá oferecer uma comunicação clara e segura, com modulação digital e cumprir as demais características técnicas constantes neste documento. O terminal deverá operar estritamente de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações (MINICOM), sendo também aplicáveis as recomendações de outros órgãos reguladores, porém as normas da ANATEL prevalecerão. b. Todas as frequências a serem utilizadas pelo terminal desta especificação, deverão ser licenciadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, em nome da CONTRATADA, sendo que todas as taxas devidas ficarão por conta da mesma enquanto durar o contrato de locação. c. Todos os equipamentos a serem fornecidos deverão ser do mesmo fabricante dos equipamentos hoje em operação na Prefeitura Municipal de Rio Verde para perfeita integração entre d. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todos os terminais de radiocomunicação nos veículos, juntamente com todos os materiais, acessórios, partes, peças, licenças, softwares, dispositivos e demais itens necessários à instalação e ativação, incluindo o respectivo sistema irradiante. e. Os equipamentos que serão embarcados nas viaturas, deverão ser totalmente integrados aos sistema de comunicação hoje em operação, nas forças de segurança e atendimento de saúde do cidadão Rio Verdense

2. COMPOSIÇÃO DO TERMINAL MÓVEL VEICULAR.

- A.01(um) Terminal móvel digital tecnologia TDMA DMR
- B. 01(uma) Licença de operação trunking
- C. 01(um) Microfone com tecla PTT e cabo espiralado;
- D. 01(um) Kit de instalação contendo no mínimo, o suporte de fixação do rádio; suporte de descanso do microfone de mão; cabo de alimentação com fusível e porta-fusível de proteção, parafusos e demais materiais necessários para a perfeita instalação do rádio;
- E. 01(uma) Antena 5/8" de onda com mola, bobina e vareta de aço com 3 db de ganho, a ser fornecida com suporte de fixação para se evitar de furar o teto do veículo;
- F. 01(uma) Antena de recepção de sinais de GPS, tamanho reduzido;
- G. 01(um) Conjunto de conectores coaxiais compatíveis com o cabo coaxial e o conector de entrada de antena do transceptor;
- H. 01(uma) Licença para operação e gerenciamento, GPS e acesso a console de operações

CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:

Indicação de intensidade do sinal recebido / Monitoração / Nível de potência / Tons desativados / Varredura / Varredura de prioridade / Mensagem não lida / Caixa de entrada cheia / Emergência / Privacidade / Comunicação direta / Chamada individual / Chamada em grupo / Chamada geral / Mensagem Enviada com êxito / Falha de envio de mensagem / Mensagem em andamento.

- Display para indicação de canais.
- Permitir a transferência dos parâmetros de programação de transceptor a transceptor (cloning).
- Número de canais: \geq (32) trinta e dois canais.
- Capacidade de operação rádio a rádio (ponto – a – ponto), sem a utilização de infraestrutura, nos modos digital e/ou analógico.
- Deverá efetuar todos os tipos de funções das consoles instaladas, Gerenciamento por GPS e outras.

CONTROLES DO PAINEL FRONTAL:

a) Comando Liga / Desliga / Ajuste do nível de áudio (Volume) / Silenciador de recepção / Seletor de canais / Botão programável para o acionamento de alarme de emergência / No mínimo 2 botões programáveis por software, para execução de funções predefinidas / Função de anúncio por voz, para informar ao usuário verbalmente alteração de canal, zona ou as funções dos botões programáveis / Função Modo Direto de Capacidade Dupla, sendo possível utilização de dois canais simultâneos em modo direto compartilhando a mesma frequência (TDMA) / Funcionalidade Bluetooth integrado ao circuito interno;

RECURSOS OPERACIONAIS:

Envio da identificação eletrônica do rádio / Alarme de emergência / Inibição e reabilitação de rádio / Recepção de chamada privativa / Envio de chamada de emergência / Recepção de monitor remoto / Chamada de alerta. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS: Faixa de frequência na Banda de 360Mhz a 400Mhz / Método de acesso: TDMA / Espaçamento de canais: 12,5 kHz / Alimentação DC: através de fonte de alimentação com bateria.

PROTEÇÕES ELETRÔNICAS CONTRA:

Variação de impedância de RF ou descasamento da antena / Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento (programável) / Controle de frequência: por sintetizador, dotado de memória programável e reprogramável externamente através de computador / Tecnologia baseada em microprocessador / A identificação Eletrônica do Transceptor deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo a inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais, opcionais e/ou complementares ao equipamento.

CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS ESPECÍFICAS TRANSMISSOR:

Potência de saída de RF: ≥ 45 W, com ajuste via programação / Estabilidade de frequência na faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm (com GPS) / Emissões conduzidas / irradiadas: ≤ -36 dBm < 1GHz / -30 dBm > 1 GHz / Temporizador de transmissão reciclável em cada acionamento, com tempo programável via software / Potência de RF no canal adjacente: ≤ 60 dB a 12.5 kHz e ≤ 70 dB a 25 kHz / Resposta de áudio conforme a Norma TIA603D / Distorção de áudio: $\leq 3\%$ / Tipo de Vocoder digital: AMBE+2

RECEPTOR:

Sensibilidade em modo digital: ≤ 0.3 μV , para 5% de BER / Seletividade para canais adjacentes: ≥ 50 dB a 12,5 kHz; ≥ 80 dB a 25 kHz (TIA603D) / Estabilidade de frequência dentro da faixa de -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$: $\leq \pm 0,5$ ppm, com GPS / Espaçamento de canais: 12,5/25 kHz / Rejeição de sinais espúrios: ≥ 80 dB (TIA603D) / Rejeição de Intermodulação: ≥ 78 dB (TIA603D) / Potência de áudio: ≥ 3 Watts, com tom de 1kHz no altofalante do painel frontal / Distorção de áudio: $\leq 3\%$ / Emissões de espúrias conduzidas: ≤ -57 dBm (TIA603D).

ANTENA:

Faixa de frequência na Banda de 360Mhz a 400Mhz / Método de acesso: TDMA / Espaçamento de canais: 12,5 kHz / Potência: 100 Watt / Impedância: 50 Ohms / R.O.E: Menor que 1,5:1.

OUTRAS INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Número de série do equipamento gravado indelevelmente na memória interna do equipamento e fixado no chassi por meio de etiqueta adesiva. Gabinete leve, vedado à entrada de umidade, respingos de líquidos, e em condições de operar sujeito às vibrações mecânicas do tipo encontradas nos veículos. Atender a Norma MIL STD 810 nas classes C, D, E, F e G. Terminais, conectores e contatos banhados, a fim de reduzir a probabilidade de perdas elétricas ou mau contato. Circuitos impressos protegidos contra corrosão. Entrada de água e pó: IP54, MIL-STD. O Licitante deverá atender completamente a resolução nº 715 de 23 de outubro de 2.019, da Anatel.

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento de todos os equipamentos, materiais e acessórios contra defeitos de fabricação, por período enquanto durar o contrato de locação contados a partir da data da Aceitação, pela CONTRATANTE. Esta garantia também se aplica para as instalações realizadas. Todos os equipamentos fornecidos devem ser garantidos contra defeitos em componentes, falha de engenharia e defeitos de fabricação, após a ativação e funcionamento definitivo.

A CONTRATADA deverá estar comprometida em disponibilizar para reparo, e/ou substituição dos equipamentos embarcados, unidades, módulos, partes ou equipamento completo se necessário for, no máximo em 12 horas do chamado técnico. Os serviços de manutenção dos equipamentos de rádio comunicação deverá ser executadas por técnicos terceirizados pelo Contratado, porém deverá ser devidamente certificado pelo fabricante dos terminais de rádios de comunicação, comprovados. imagem ilustrativa:



PREFEITURA DE

RIO VERDE

Av Flamboyant, esquina com RG 12, Bairro Gameleira II,
CEP: 75.906-880 – RIO VERDE/GOIÁS, Caixa postal 34
FONE: (0xx64) 3602-8070/8021, www.rioverde.go.gov.br ou
pregaoeletronico@rioverde.go.gov.br



ANEXO 3 – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ
(M.F.) sob o nº _____, sediada à
Rua/Avenida _____ nº _____,
Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____,
por seu (diretor ou sócio com poderes de gerência), declaro para os
devidos fins que não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem
a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

.....
Local e data.

.....
Nome completo e assinatura do declarante